



PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

ALGARVE

Capítulo C – DOCUMENTO ESTRATÉGICO



Ficha Técnica

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Coordenação

Instituto Superior de Agronomia-Erena-Waymotion-2Eco

Coordenação Geral	Margarida Tomé
	Carlos Rio Carvalho
Equipa Técnica	António Barreto
	Brigite Botequim
	Eduardo Coelho
	Fátima Ventura
	Fernando Murça
	Joana Amaral Paulo
	João Silva
	Jorge Capelo*
	José Guilherme Calvão Borges
	José Miguel Cardoso Pereira
	Luís Gordinho
	Manuela Branco
	Mariana Antunes
	Paula Soares
	Pedro Silva
	Rui Andrade
	Sandra Mesquita*
	Susana Amaral
	Teresa Ferreira

* Coautoria da secção 2.

PROF DO ALGARVE| DOCUMENTO ESTRATÉGICO

Elaborado pelo consórcio Instituto Superior de Agronomia-ERENA-WAYMOTION-DOISECO • para Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. • Versão final revista e da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. • Conteúdo do documento Capítulo C Funções dos espaços florestais e áreas florestais sensíveis

ÍNDICE

C – FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS E ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS

1	FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	2
1.1	FUNÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO	3
1.2	FUNÇÃO GERAL DE PROTEÇÃO	4
1.3	FUNÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS, DE ESPÉCIES DE FAUNA E DA FLORA DE GEOMONUMENTOS	5
1.4	FUNÇÃO GERAL DE SILVOPASTORÍCIA, CAÇA E PESCA NAS ÁGUAS INTERIORES.....	6
1.5	FUNÇÃO GERAL DE RECREIO, ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	7
2	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	8
2.1	CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS PARA A DELIMITAÇÃO DE SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS.....	8
2.2	DEFINIÇÃO DAS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	11
2.2.1	<i>Densificação dos critérios</i>	<i>11</i>
2.2.1.1	Rede Natura 2000	11
2.2.1.2	Áreas com aptidão para pastoreio extensivo	13
2.2.1.3	Delimitação de corredores ecológicos	14
2.2.1.3.1	Os corredores ecológicos no PROT Algarve no contexto do sistema ambiental da região.....	14
2.3	LIMITES.....	15
2.4	APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS.....	16
2.5	CARACTERIZAÇÃO DAS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	18
2.5.1	<i>71503 – Barrocal.....</i>	<i>18</i>
2.5.2	<i>71504 – Costa Vicentina</i>	<i>19</i>
2.5.3	<i>71501 – Litoral.....</i>	<i>20</i>
2.5.4	<i>71502 – Meia Serra.....</i>	<i>22</i>
2.5.5	<i>71506 – Nordeste.....</i>	<i>23</i>
2.5.6	<i>71505 – Serra de Monchique</i>	<i>24</i>
2.5.7	<i>71508 – Serra de Silves</i>	<i>25</i>
2.5.8	<i>71507 – Serra do Caldeirão.....</i>	<i>27</i>
3	ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS E CORREDORES ECOLÓGICOS.....	46



4	PONDERAÇÃO DOS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	51
4.1	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020.....	51
4.2	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	51
4.3	MEDIDA 8 – PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS FLORESTAIS	53
4.4	MEDIDA 9 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ÁREAS DESFAVORECIDAS	54
4.5	COMENTÁRIO SOBRE O IMPACTO DO PDR 2014-2020 NA INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	54
4.6	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	55
4.7	FUNDO AMBIENTAL.....	55
4.7.1	<i>Fundo Português de Carbono.....</i>	<i>56</i>
4.7.2	<i>Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.....</i>	<i>57</i>
4.8	CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	57
4.9	SOBRE POSSÍVEIS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NA FLORESTA.....	58
	BIBLIOGRAFIA.....	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Funções dos espaços florestais por Sub-região homogéneas do PROF do Algarve (Pd: Produção; Pt: Proteção; C: Conservação; Sc/p: Silvopastorícia, Caça e Pesca; Re: Recreio) .	17
Figura 2 – Perigosidade de incêndio florestal na região PROF do Algarve. Fonte: ICNF.	46
Figura 3 – Risco de erosão hídrica da região PROF do Algarve. B-Baixo; M-Médio; E-Elevado.	47
Figura 4 – Importância ecológica (Rede Natura 2000) no PROF do Algarve. Fonte: ICNF.	47
Figura 5 – Povoamentos com especial interesse social e cultural no território do PROF do Algarve.	48
Figura 6 – Faixas de gestão de combustível no território do PROF do Algarve. Fonte: ICNF.	48
Figura 7 – Corredores ecológicos no PROF do Algarve. Fonte: ICNF.	49

ÍNDICE DE TABELAS

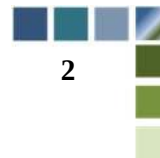
Tabela 1 – Classificação da função de produção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.	4
Tabela 2 – Classificação da função de proteção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.	4
Tabela 3 – Classificação da função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.	6



Tabela 4 – Classificação da função de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.	6
Tabela 5 – Classificação da função de recreio, enquadramento e valorização da paisagem dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.	7
Tabela 6 – Lista de habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 que ocorrem nos sítios PTCON0037, PTCON0049 e PTCON0057 e ZPE com o mesmo código.	11
Tabela 7 – Lista de espécies de fauna relevantes que ocorrem nos sítios PTCON0037, PTCON0049 e PTCON0057 e ZPE com o mesmo código.....	13
Tabela 8 – Aplicação dos critérios de definição das Sub-Regiões Homogéneas à região PROF do Algarve.	16
Tabela 9 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Barrocal.....	18
Tabela 10 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH da Costa Vicentina.	20
Tabela 11 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Litoral.....	21
Tabela 12 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH da Meia Serra.....	22
Tabela 13 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Nordeste.	23
Tabela 14 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra de Monchique.	25
Tabela 15 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra de Silves.....	26
Tabela 16 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra do Caldeirão.	27
Tabela 17 – Usos e ocupação do solo por sub-região homogénea. Fonte: IFN6.	28
Tabela 18 – Séries de vegetação PROF do Algarve.	38
Tabela 19 – Variáveis de caracterização das sub-regiões homogéneas.	38
Tabela 20 – Caracterização das sub-regiões homogéneas.	40
Tabela 21 – Povoamentos florestais por espécie e composição e sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6.	41
Tabela 22 – Tipologias de apoios da Medida 7 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.	51
Tabela 23 – Tipologias de apoios da Medida 8 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.	53
Tabela 24 – Tipologias de apoios da Medida 9 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.	54

SIGLAS E ACRÓNIMOS

SIGLA OU ACRÓNIMO	DESCRIÇÃO
EEA	EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY
ENCNB	ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
ENF	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
ERPVA	ESTRUTURA REGIONAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL
FCNB	FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
FFP	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE
FPC	FUNDO PORTUGUÊS DE CARBONO
GEE	GASES COM EFEITO DE ESTUFA
ICNF	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS
IFN	INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL
IGT	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
PDR	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PNPOT	PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PROF	PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
PROT	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
RFCN	REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RNAP	REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS
SIC	SÍTIO DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA
SNAC	SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS
SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA
UE	UNIÃO EUROPEIA
ZFS	ZONAS FLORESTAIS SENSÍVEIS
ZIF	ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL
ZPE	ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL



C – FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS E ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS

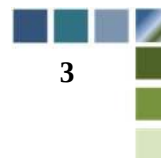
1 FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

As florestas foram sempre uma fonte de bens e serviços diversos para as sociedades humanas. No entanto, o momento histórico em que se afirmou o recurso ao método científico no planeamento florestal coincidiu com a época (séc. XIX) em que predominaram preocupações com a sustentabilidade de um produto florestal específico - a madeira. Em consequência, o planeamento florestal privilegiou no passado funções de produção e de conservação com o objetivo de conseguir a estabilidade da oferta de lenho (Borges, 1999). Neste contexto, o planeamento florestal foi pioneiro na adoção de perspetivas de sustentabilidade da utilização dos recursos naturais no longo prazo. Entretanto, o desenvolvimento socioeconómico e as tendências de evolução demográfica determinaram preocupações com a sustentabilidade de outros recursos naturais (e.g., brávia, biodiversidade) e outras funções dos espaços florestais. A classificação funcional dos espaços florestais reflete este contexto e contribui para que o planeamento florestal possa integrar as interpretações ecológica e socioeconómica do conceito de sustentabilidade (Borges, 1999).

A multifuncionalidade dos espaços florestais à escala da região pode ser potenciada no âmbito do planeamento florestal por decisões de segregação ou integração espacial de funções. Aquele deverá considerar para o efeito como função primordial dos espaços florestais, a satisfação das necessidades das sociedades e indivíduos, atuais e futuras, em bens e serviços com origem naqueles espaços (ENF, 2015). Para além disso, o planeamento florestal deve integrar preocupações relativas à oferta de serviços de ecossistema provenientes dos espaços florestais (e.g., Gómez-Baggethun *et al.* 2010; De Groot *et al.* 2010). A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF, 2015) propõe para o efeito a classificação funcional dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas de acordo com cinco funções gerais: 1) produção, 2) proteção, 3) conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e geomónumentos, silvopastorícia, 4) caça e pesca nas águas interiores e 5) recreio, enquadramento e estética da paisagem (Tabelas 1 a 5).

A macrozonagem das funções dominantes do espaço florestal de acordo com as produtividades potenciais lenhosas e distribuição no território continental de três espécies florestais – Pinheiro bravo, Eucalipto e Sobreiro sugere, de acordo com a ENF (2015), que a região PROF do Algarve envolva áreas com a produção ou com a gestão multifuncional como vocações dominantes. De acordo com a ENF (2015), o planeamento florestal em áreas com vocação dominante de produção deve ter como objetivo prioritário o aumento da competitividade por via de uma silvicultura adequada ao incremento da produtividade lenhosa pela utilização das tecnologias e pelo acesso a recursos edáficos que permitam expressar melhor aquele potencial de produção, de acordo com as condicionantes ambientais. No caso das áreas que têm como vocação dominante a gestão multifuncional, a ENF (2015) sugere que o planeamento florestal deve potenciar na região, em complementaridade e de acordo com a especificidade local, os valores de uso direto e os outros produtos não lenhosos, com destaque para a resina, a cortiça e os frutos, nomeadamente a produção de castanha, de medronho e de alfarroba, mas também de pastagem, de caça e de recreio. Nos valores de uso indireto, a ENF (2015) sugere que o PROF do Algarve deve dar especial atenção à proteção dos solos e do regime hídrico.

No entanto, a segregação ou integração espacial à escala da região das cinco funções gerais deve considerar as variáveis ecológicas e socioeconómicas regionais e o resultado do seu cruzamento que se evidencia no



historial de utilização regional dos espaços florestais (ver capítulos A e B). A própria ENF (2015) ressalva a natureza indicativa da classificação do território de acordo com funções dominantes e refere a importância do reconhecimento de condicionantes que decorrem da hierarquia espacial de escalas de planeamento. A ENF (2015) refere, por exemplo, em sintonia com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB, 2001), que as áreas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) – RNAP, sítios da Lista Nacional de Sítios e Zonas de Proteção Especial integrados na Rede Natura 2000 e as demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português (ver capítulos A e B) – são transversais às áreas que têm como vocação dominante a produção ou a gestão multifuncional. Aquelas apresentam uma especificidade própria em que a vocação de conservação da biodiversidade assume especial relevância. De igual modo, no caso das áreas costeiras deve dar-se prioridade a funções de proteção, conservação e recreio, enquadramento e estética da paisagem.

A classificação funcional do espaço florestal regional deve considerar, por fim, a sua integração no mosaico ecológico e socioeconómico da região. Em particular, deve considerar as orientações que decorrem do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. As suas opções estratégicas para conseguir um espaço sustentável e bem ordenado articulam-se com os objetivos da ENF (2015) e incluem a preservação do quadro natural e paisagístico, da floresta, a gestão e valorização das áreas classificadas na RFCN e a sua articulação com o sistema urbano e industrial e infraestruturas. Especificamente, o PNPO evidenciar a importância dos recursos agroflorestais para garantir níveis elevados de proteção dos valores ambientais e paisagísticos e preservar os fatores naturais e territoriais de competitividade turística e para assegurar o planeamento e a gestão integrados do litoral, visando nomeadamente a proteção da orla costeira e das áreas vitais para a rede ecológica regional e ainda aproveitar de forma sustentável os recursos hídricos da região e garantir a qualidade da água.

A classificação funcional dos espaços florestais da região PROF do Algarve é enquadrada pelas estratégias nacionais para o ordenamento do território e dos espaços florestais e integra a informação ecológica e socioeconómica regional (ver capítulos A e B) por forma a potenciar a eficácia do planeamento florestal numa perspetiva multifuncional de promoção da oferta sustentável de serviços de ecossistema. A classificação, de carácter indicativo, oferece informação relativa às potencialidades e limitações associadas à gestão dos ecossistemas florestais e à oferta de serviços de ecossistema à escala regional e no horizonte temporal do planeamento florestal regional. Para além disso, serve de base à delimitação de sub-regiões homogéneas (secção 2). Nas subsecções seguintes caracteriza-se de forma sumária cada uma das funções dos espaços florestais e apresenta-se informação relativa às áreas na região PROF do Algarve em que cada uma das funções é dominante (mas não exclusiva).

1.1 Função geral de produção

A função geral de produção é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas (Tabela 1). Ela envolve as subfunções gerais de produção de madeira, produção de cortiça, produção de biomassa para energia, produção de frutos e sementes, produção de resinas naturais e produção de outros materiais vegetais e orgânicos (Tabela 1).

A área em que a função geral de produção é dominante na região PROF do Algarve é de cerca de 200.567 ha, correspondendo a 40% da área da respetiva região PROF, refletindo a vocação dominante de produção em

parte da região PROF do Algarve expressa na ENF (2015).

Tabela 1 – Classificação da função de produção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Produção	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas	Produção de madeira	Produção de toros, rolaria, raízes, etc.
		Produção de cortiça	Produção de cortiça
		Produção de biomassa para energia	Produção de lenha, carvão, biomassa para centrais energéticas, etc.
		Produção de frutos e sementes	Produção de pinhão, castanha, noz, medronho, alfarroba, etc.
		Produção de resinas naturais	Produção de resinas naturais
		Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	Produção de folhagens, vimes, cascas, árvores de Natal, cogumelos, plantas alimentares, aromáticas e medicinais, etc.

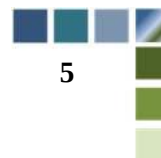
A importância da subfunção geral de produção decorre da extensão das áreas ocupadas pelas espécies florestais, e.g. pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, alfarrobeira e do seu potencial produtivo (ver capítulos A e B).

1.2 Função geral de proteção

A função geral de proteção é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação da função de proteção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Proteção	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção	Proteção da rede hidrográfica	Proteção das margens, manutenção da qualidade de água, etc.



FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
	das geocenoses e das infraestruturas antrópicas	Proteção contra a erosão eólica	Fixação das areias móveis
		Proteção contra a erosão hídrica e cheias	Fixação de vertentes, correção torrencial, amortecimento de cheias, etc.
		Recuperação de solos degradados	Proteção e produção de solo
		Proteção microclimática	Compartimentação de campos agrícolas, interceção de nevoeiros, etc.
		Proteção e segurança ambiental	Filtragem de partículas e poluentes atmosféricos
		Mitigação das alterações climáticas	Sumidouro de carbono, tanto ao nível do solo como da biomassa aérea
		Proteção contra incêndios	Faixas de gestão de combustível, faixas de alta densidade

Ela envolve as subfunções gerais de proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão eólica, proteção contra a erosão hídrica e cheias, recuperação de solos degradados, proteção microclimática, proteção e segurança ambiental, mitigação das alterações climáticas e proteção contra incêndios (Tabela 2).

A área em que a função geral de proteção é dominante na região PROF do Algarve é nula. Esta classificação decorre da maior importância relativa das funções de produção e de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos. No entanto, a função de proteção, e.g. de proteção contra a erosão hídrica e contra incêndios assume relevância.

1.3 Função geral de conservação de habitats, de espécies de fauna e da flora de geomonumentos

A função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos (Tabela 3). Ela envolve as subfunções gerais de conservação de habitats classificados, conservação de espécies da flora e da fauna protegida, conservação de geomonumentos e conservação dos recursos genéticos (Tabela 3).

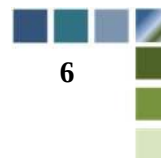


Tabela 3 – Classificação da função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos	Conservação de habitats classificados	Manutenção num estado favorável de conservação de <i>habitats</i> e espécies, classificados como prioritários nos diversos diplomas de nível nacional e europeu
		Conservação de espécies da flora e da fauna protegida	
		Conservação de geomonumentos	Proteção de jazidas paleontológicas, etc.
		Conservação dos recursos genéticos	Manutenção da riqueza genética

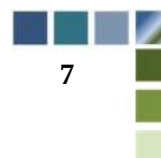
A área em que a função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos é dominante na região PROF do Algarve é de cerca de 125.894 ha, correspondendo a 25,1% da área da respetiva região PROF (Figura 1). Esta classificação é consistente com a ENCNB (2001) e a dimensão da área regional integrante do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) (ver capítulos A e B).

1.4 Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

A função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia (Tabela 4). Ela envolve as subfunções gerais de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, suporte à pastorícia, suporte à apicultura, suporte à pesca em águas interiores (Tabela 4).

Tabela 4 – Classificação da função de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Enquadramento da atividade cinegética, produção de carne, etc.
		Suporte à pastorícia	Produção de carne, leite, lã, peles, etc.



		Suporte à apicultura	Produção de mel e outros produtos apícolas
		Suporte à pesca em águas interiores	Enquadramento de atividade de pesca nas águas interiores

A área em que a função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores é dominante na região PROF do Algarve é de cerca de 96.305 ha, correspondendo a 19,2% da área da respetiva região PROF (Figura 1). Esta classificação reflete a vocação dominante a gestão multifuncional numa área substancial da região PROF do Algarve expressa na ENF (2015).

1.5 Função geral de recreio, enquadramento e valorização da paisagem

A função geral de recreio, enquadramento e valorização da paisagem é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos (Tabela 5). Ela envolve as subfunções gerais de enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, enquadramento de equipamentos turísticos, recreio, conservação de paisagens notáveis, enquadramento de usos especiais e enquadramento de infraestruturas (Tabela 5).

Tabela 5 – Classificação da função de recreio, enquadramento e valorização da paisagem dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas. Fonte: ENF 2015.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Recreio, enquadramento e valorização da paisagem	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos	Enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos	Enquadramento de sítios arqueológicos, monumentos, zonas urbanas, etc.
		Enquadramento de equipamentos turísticos	Enquadramento de aldeamentos turísticos, campos de golfe, etc.
		Recreio	Enquadramento de atividades de recreio e contemplação
		Conservação de paisagens notáveis	Composição de paisagens classificadas
		Enquadramento de usos especiais	Enquadramento de campos militares, estabelecimento prisionais, etc.
		Enquadramento de	Enquadramento de vias de

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
		infraestruturas	comunicação, zonas industriais, etc.

A área em que a função geral de recreio, enquadramento e valorização da paisagem é dominante na região PROF do Algarve é de cerca de 78.694 ha, correspondendo a 15,7% da área da respetiva região PROF (Figura 1). Esta classificação reflete a dimensão das áreas costeiras na região e a importância do turismo. O enquadramento de atividades de recreio e contemplação bem como o enquadramento de aldeamentos turísticos assumem particular relevância.

2 SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS

Com vista a uma abordagem uniforme ao nível nacional, a elaboração da revisão dos PROF seguiu alguns critérios, definidos à priori, entre eles os que conduziram à delimitação das sub-regiões homogéneas, transversais a todos os 7 PROF.

2.1 Critérios e princípios para a delimitação de sub-regiões homogéneas

I – Delimitação das sub-regiões homogéneas (SRH)

A delimitação das SRH teve por base os limites das SRH nos PROF anteriores, sendo o objetivo geral a manutenção das delimitações existentes, bem como a designação respetiva. Em algumas situações justificam-se e admitiram-se ajustes, nomeadamente a limites biofísicos, limites das áreas classificadas e aptidão produtiva das principais espécies, bem como os que naturalmente resultam da alteração da área territorial dos PROF face aos da primeira geração.

Em caso de haver necessidade de alterar a designação de uma SRH, nomeadamente nos casos em que tal fosse resultado de junção de várias das anteriores SRH, foram considerados os conceitos e perceções das populações locais.

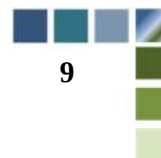
II- Hierarquia das Funções gerais dos espaços florestais nas sub-regiões homogéneas

Funções gerais dos espaços florestais:

PD – Produção;

PT – Proteção;

C – Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;

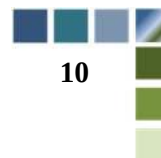


SC/P – Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores;

RE – Recreio e valorização da paisagem.

A definição das funções iniciou-se com a aplicação de critérios de representatividade /expressão do critério na SRH. Assim, a SRH terá uma determinada função, a expressão do critério em áreas de espaços florestais da SRH seja igual ou superior a 50% da totalidade da área de espaços florestais contidos na SRH a classificar:

- a) SRH com **função «Pd – Produção»** – a função será atribuída à SRH quando se verifique uma das seguintes situações numa área igual ou superior a 50% da ocupada por espaços florestais na SRH:
 - A aptidão produtiva de pelo menos duas das espécies florestais que têm de ser avaliadas em todos os PROF (Pb, Sb, Ec, Az, Pm) é Boa ou Regular; ou
 - Pelo menos uma das espécies florestais que têm de ser avaliadas em todos os PROF e uma das que foram identificadas para o PROF em questão, é Boa ou Regular.
- b) SRH com **função «Pt – Proteção»** :
 - SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais com declives maiores ou iguais a 50% ou dos corredores ecológicos, represente uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.
- c) SRH com **função «C – Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos»** ou **«Re – Recreio e valorização da paisagem»** – conforme a especificidade da vocação da área classificada:
 - SRH onde a área de espaços florestais da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) representa uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH, sendo a função a **C** ou **Re** em função dos objetivos que conduziram à classificação da Área Protegida e dos principais valores a preservar (valores de conservação da natureza ou de recreio e paisagem);
 - SRH não abrangidas pelo critério anterior, onde a área de espaços florestais da ZPE ou do sítio da Rede Natura 2000 representa uma área superior ou igual a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH, sendo atribuída como função a **C** apenas nas situações resultantes de uma análise casuística e devidamente justificada, em que a tipologia dos valores do SIC ou ZPE em espaços florestais o justifiquem.
- d) SRH com **função «Sc/P – Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores»** : a função será atribuída à SRH quando se verifique uma das seguintes situações:
 - SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais com aptidão para pastoreio extensivo seja igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH;
 - SRH onde o somatório das áreas ocupadas por povoamentos de azinheira seja igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.



e) SRH com **função «Re – Recreio e valorização da paisagem»** :

- SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais que contenham valores, estatuto ou aptidão principal de recreio e valorização da paisagem representem uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.

Em SRH onde a aplicação dos critérios acima referidos resulte em várias possibilidades, as funções são ordenadas de acordo com o critério:

1ª – C	2ª - PT	3ª – PD	4ª – RE	5ª – SC/P
--------	---------	---------	---------	-----------

A definição da 2.ª e 3.ª função gerais de uma SRH corresponde aos valores percentuais sucessivamente inferiores aos encontrados para a 1.ª função, por aplicação dos critérios genéricos acima referidos.

Há ainda a considerar que:

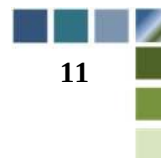
- A definição das funções assenta no princípio da multifuncionalidade das florestas assumido na ENF, que se encontra espelhado na própria Visão - “A visão para a floresta nacional considera um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. (...)”;
- No pressuposto indicado em a), o resultado final do exercício de hierarquização das funções gerais dos espaços florestais nas SRH deve resultar na identificação, sem uma hierarquização relativa, das **três principais funções gerais** dos espaços florestais presentes em cada SRH.

Nesta conformidade, para cada uma das SRH são agrupadas as três principais funções definidas de acordo com 2.1, sem uma hierarquia expressa, as quais serão compatibilizadas em sede de definição dos modelos de silvicultura para cada uma das SRH.

A Tabela 8 mostra a afetação dos grupos de três funções não hierarquizadas a cada uma das SRH.

III – Delimitação dos corredores ecológicos

A delimitação dos corredores ecológicos deve ter por base os atualmente existentes ou previstos noutros IGT, podendo ser objeto de alterações e ajustes, nomeadamente no que se refere à sua largura, desde de que devidamente justificados e de modo a estabelecer um *continuum*, considerando que o seu principal objetivo consiste em assegurar condições essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético de espécies selvagens, nomeadamente de espécies florestais.



2.2 Definição das sub-regiões homogéneas

2.2.1 Densificação dos critérios

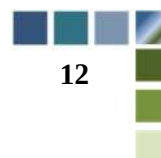
Para aplicação eficiente dos critérios definidos em 2.1 foi necessário considerar o tratamento específico das áreas da Rede Natura 2000, áreas com aptidão para o pastoreio extensivo e delimitação de corredores ecológicos.

2.2.1.1 Rede Natura 2000

A conservação da biodiversidade dos sítios PTCON0037 - Monchique, PTCON0049 - Barrocal e PTCON0057 - Caldeirão e ZPE com o mesmo número está associada de forma muito importante à gestão dos espaços florestais, em particular dos montados e florestas de sobreiro e dos matagais. Por outro lado, também as orientações de gestão e a tipologia dos valores naturais que fundamentam classificação destas áreas da Rede Natura 2000 recomendam que a 1ª função geral das sub-regiões que cumprem os critérios mencionados em 2.1 seja a Conservação.

Tabela 6 – Lista de habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 que ocorrem nos sítios PTCON0037, PTCON0049 e PTCON0057 e ZPE com o mesmo código.

HABITAT	DESIGNAÇÃO
3140	Águas oligomesotróficas calcárias com vegetação bêntica de <i>Chara</i> spp
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>



HABITAT	DESIGNAÇÃO
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6110*	Prados rupícolas calcários ou basófilos da Alysson-Sedion albi
6210	Prados secos semi-naturais e fácies arbustiva em substrato calcário
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano e alpino
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)
9320	Florestas de <i>Olea</i> e <i>Ceratonia</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp

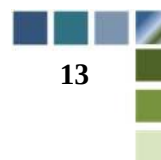


Tabela 7 – Lista de espécies de fauna relevantes que ocorrem nos sítios PTC0037, PTC0049 e PTC0057 e ZPE com o mesmo código.

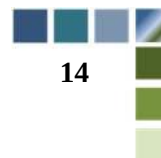
NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM
<i>Lynx pardinus</i>	Lince-ibérico
<i>Aegypius monachus</i>	Abutre-preto
<i>Hieraetus fasciatus</i>	Águia de Bonelli, Águia-perdigueira
<i>Aquila adalberti</i>	Águia-imperial
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-real
<i>Miniopterus schreibersii</i>	Morcego-de-peluche
<i>Myotis blythii</i>	Morcego-rato-pequeno
<i>Myotis myotis</i>	Morcego-rato-grande
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno
<i>Rhinolophus mehelyi</i>	Morcego-de-ferradura-mourisco

Os habitats florestais, em particular os habitats ripícolas e os associados a quercíneas estão diretamente associados e **dependentes** da gestão florestal, tal como o estão os habitats de algumas das espécies de aves e mamíferos, incluindo o lince-ibérico e um conjunto importante de espécies de morcegos.

Assim, considera-se que os sítios PTC0037 e PTC0057 e ZPE com o mesmo código justificam a atribuição da 1ª função geral “Conservação” às sub-regiões homogéneas onde se verificam a regra mencionada em 2.1.

2.2.1.2 Áreas com aptidão para pastoreio extensivo

Para aplicação deste critério foi utilizada para cada sub-zona a fração “Matos e Pastagens” como resultante dos dados do IFN 6. Os “Matos e Pastagens” representam bem a fração do território potencialmente aplicada ao pastoreio extensivo e garantem homogeneidade de critério no tratamento das sub-regiões homogéneas.



2.2.1.3 Delimitação de corredores ecológicos

A definição dos corredores ecológicos no território do PROF do Algarve inclui todos os corredores definidos do PROT Algarve, para além de outros que com esses articulam numa rede coerente.

Pretende-se garantir as funções de **Proteção** através dos corredores ecológicos, em particular na adjacência da rede hidrográfica. Esta função de Proteção e também as funções de conectividade são, em grande medida, funções que os espaços florestais desempenham no contexto do território, estando ou não estando incluídos em corredores ecológicos. Assim para efeito da definição de funções da floresta importa considerar zonas mais próximas de habitats com relevância ecológica particular (e.g ripícolas) e de zonas mais associadas às funções de conservação do solo e da água, garantindo, simultaneamente, que a definição do critério de dimensão não incide de forma desequilibrada na definição das funções da floresta nas sub-regiões homogéneas.

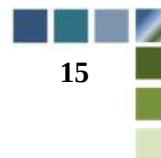
Por outro lado, estes corredores ecológicos podem ter uma função importante na conservação dos habitats de espécies como o lince-ibérico (*Lynx pardinus*), incluindo a conservação dos habitats das suas presas. As necessidades de conectividade nestes habitats têm uma expressão territorial mais importante, dada a ecologia destas espécies. Por exemplo, as unidades mínimas de habitat favorável necessárias a uma fêmea territorial de lince-ibérico são 500 ha. Assim, à escala regional, os corredores ecológicos a considerar devem ter potencial de eficácia para estas espécies e outras com estatuto de conservação semelhante, como algumas espécies de aves de rapina. Assim, tendo particularmente em atenção este último aspeto considerou-se para efeito de definição das funções da floresta uma largura padrão dos corredores de 2000 m.

2.2.1.3.1 Os corredores ecológicos no PROT Algarve no contexto do sistema ambiental da região

O sistema ambiental do Algarve pretende garantir a estrutura e função dos sistemas naturais e seminaturais, promover a conservação da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as atividades socioeconómicas, recuperar a qualidade do espaço público e da paisagem e garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento. A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é a componente do sistema ambiental que abrange as áreas fundamentais para a conservação da natureza (áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000), as zonas húmidas e as que são essenciais para a regulação dos ciclos hidrológicos, para a proteção do solo e para o combate à desertificação, em articulação com as áreas de suporte tanto da produção agrícola e florestal como da pesca e aquacultura.

Para efeitos de sistematização dos valores naturais, recursos e processos biofísicos que a integram, a ERPVA tem duas componentes fundamentais:

- Áreas nucleares, de elevado valor conservacionista por acolherem espécies ou habitats relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade e onde o conjunto de ações consideradas prevê a compatibilização recíproca, em termos imperativos, das atividades humanas com a conservação dos valores naturais.



- Corredores ecológicos, onde se pretende assegurar a continuidade dos processos ecológicos entre as áreas nucleares e entre os territórios do interior e do litoral, e que inclui os corredores fluviais da Bacia do Guadiana, os corredores fluviais serranos, os corredores fluviais meridionais e os corredores costeiros.

2.3 Limites

A análise das funções dos espaços florestais foi realizada sobre a estrutura de sub-regiões homogéneas dos PROF de 1ª geração, ajustados para os limites indicados na Peça Gráfica n.º 5 tendo em atenção a necessidade de unir frações de antigas sub-regiões homogéneas que resultaram de pequena ou muito pequena dimensão após o corte pelos novos limites, mantendo-se no essencial a estrutura das sub-regiões. O resultado está expresso na **Figura 1**.

2.4 Aplicação dos critérios

A Tabela 8 mostra a afetação dos critérios definidos em 2.1 às sub-regiões homogéneas definidas nos PROF originais (ditos de 1ª geração), estando assinalados os critérios que as SRH cumprem para definição como 1ª função geral.

Tabela 8 – Aplicação dos critérios de definição das Sub-Regiões Homogéneas à região PROF do Algarve.

Id_SRH	Designação	Área (ha)	PD-PRODUÇÃO		PT- PROTEÇÃO	C-CONSERVAÇÃO		SC/P - SILVOPASTORÍCIA, CAÇA E PESCA	RE - RECREIO	1ª FUNÇÃO GERAL	2ª FUNÇÃO GERAL	3ª FUNÇÃO GERAL
			C1	C2		C1	C2					
Id_SRH	Designação	Área (ha)	C1	C2	C1	C1	C2	C1	C1	-	-	-
71503	Barrocal	89781,44	Az-Af	-	-	-	PTCON0049	x	-	C	Pd	SC/P
71504	Costa Vicentina	37376,61	Sb-Pb	-	-	PNSACV	-	x	-	C	PD	SC/P
71501	Litoral	78694,43	-	-	-	-	-	x	x	RE	SC/P	PT
71502	Meia Serra	29643,13	Ec-Sb	-	-	-	-	x	-	PD	SC/P	PT
71506	Nordeste	96304,63	-	-	-	-	-	x	-	SC/P	PT	PD
71505	Serra de Monchique	52605,93	Ec-Sb	-	-	-	PTCON0057	x	-	C	PD	SC/P
71508	Serra de Silves	35911,40	Ec-Sb	-	-	-	PTCON0037;57	x	-	C	PD	SC/P
71507	Serra do Caldeirão	81142,68	Sb-	-	-	-	-	x	-	PD	SC/P	C

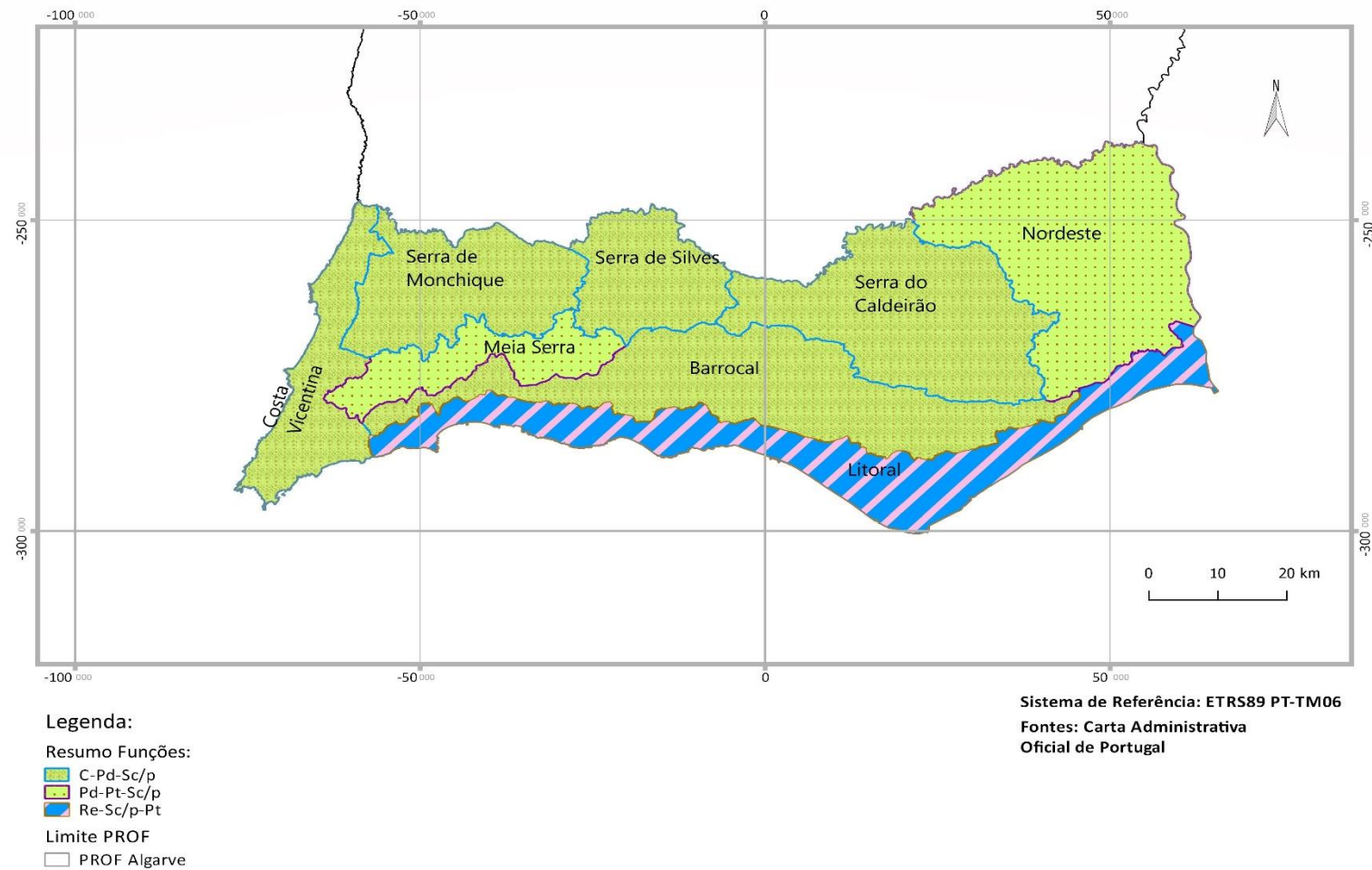


Figura 2 – Funções dos espaços florestais por Sub-região homogéneas do PROF do Algarve (Pd: Produção; Pt: Proteção; C: Conservação; Sc/p: Silvopastorícia, Caça e Pesca; Re: Recreio) .

2.5 Caracterização das sub-regiões homogéneas

A caracterização das sub-regiões homogéneas inclui a análise detalhada dos usos e ocupação do solo incluída na Tabela 17 e a caracterização dos povoamentos florestais descrita na Tabela 21 e considera o conjunto de variáveis indicadas na Tabela 19 e descritas na Tabela 20, cuja a informação é sintetizada nos pontos 2.5.1 a 2.5.8.

2.5.1 71503 – Barrocal

A SRH do Barrocal tem como primeira função a Conservação que lhe é atribuída pela presença do sítio PTCON0049, segundo critério indicado pelo ICNF. A segunda função geral é a Produção, com uma aptidão elevada para a produção de azinheira e alfarrobeira. A área de floresta ocupa 21,1% da superfície da SRH e os Matos e Pastagens 29,5% (na superfície da SRH), de onde decorre a atribuição da terceira função geral (silvopastorícia, caça e pesca), uma vez que representa mais de 50% dos espaços florestais da SRH.

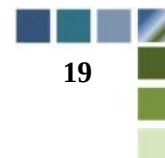
A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é 0,6%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 3,9% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 32,4%.

A Tabela 9 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização. (GRUPO I - Espécies a privilegiar; GRUPO II - Outras espécies a utilizar).

Tabela 9 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Barrocal.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	81,85%	1,68%	16,47%	-	X
Pb	Pinus pinaster	87,52%	12,48%	0,00%	-	X
Ec	Eucaliptus globulus	82,10%	15,10%	2,70%	-	X
Pm	Pinus pinea	93,97%	0,00%	6,03%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	21,22%	1,98%	76,80%	X	-
Az	Quercus rotundifolia	21,22%	1,68%	77,11%	X	-



ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Puc	Prunus avium	85,46%	14,54%	0,00%	-	X
Cpa	Cupressus arizonica	17,14%	82,86%	0,00%	X	-
Cpm	Cupressus macrocarpa	23,20%	76,80%	0,00%	X	-
Cpc	Cupressus sempervirens	94,25%	5,75%	0,00%	-	X
Fr	Fraxinus spp	90,42%	5,75%	3,82%	-	X
Md	Arbutus unedo	81,85%	1,68%	16,47%	-	X
Pa	Pinus halepensis	23,20%	76,80%	0,00%	X	-
Ch	Populus spp	94,69%	0,00%	5,31%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	87,60%	1,68%	10,72%	-	X
Cp	Quercus faginea	5,03%	84,25%	10,72%	X	-

2.5.2 71504 – Costa Vicentina

A SRH da Costa Vicentina tem como primeira função a Conservação, a qual lhe é atribuída pela presença no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Contudo, a SRH apresenta um potencial elevado para a produção de sobreiro e pinheiro bravo, de onde decorre a segunda função geral da SRH (Produção). A terceira função geral é a Silvopastorícia, caça e pesca.

A área de floresta ocupa 14,6% da superfície da SRH e a área Matos e Pastagens é de 67,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é nula. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica, médio e elevado ocorre em menos de 1% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 56,6%.

A Tabela 10 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

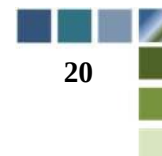
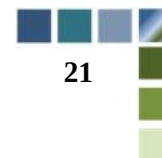


Tabela 10 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH da Costa Vicentina.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	29,10%	4,61%	66,28%	X	-
Pb	Pinus pinaster	32,43%	67,57%	0,00%	X	-
Ec	Eucaliptus globulus	40,70%	26,40%	32,90%	X	-
Pm	Pinus pinea	79,85%	5,43%	14,72%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	72,6%	13,8%	13,6%	-	X
Az	Quercus rotundifolia	76,39%	4,61%	19,00%	-	X
Puc	Prunus avium	42,47%	57,53%	0,00%	X	-
Cpa	Cupressus arizonica	68,18%	31,82%	0,00%	-	X
Cpm	Cupressus macrocarpa	86,43%	13,57%	0,00%	-	X
Cpc	Cupressus sempervirens	90,57%	9,43%	0,00%	-	X
Fr	Fraxinus spp	89,48%	9,43%	1,09%	-	X
Md	Arbutus unedo	29,10%	4,61%	66,28%	X	-
Pa	Pinus halepensis	83,04%	16,96%	0,00%	-	X
Ch	Populus spp	98,91%	0,00%	1,09%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	38,53%	5,02%	56,45%	X	-
Cp	Quercus faginea	15,40%	27,75%	56,85%	X	-

2.5.3 71501 – Litoral

A SRH do Litoral tem como primeira função o Recreio, a qual lhe é atribuída pela fração superior a 50% de espaços florestais com utilização direta em atividades recreativas. A área de floresta ocupa 9,4% da superfície da SRH e a área Matos e Pastagens é de 22,8%. A terceira função geral é a Proteção.



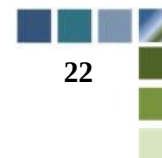
A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é nula. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em menos de 1% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 14,1%.

A Tabela 11 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

Tabela 11 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Litoral.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	68,33%	8,53%	23,14%	-	X
Pb	Pinus pinaster	92,20%	7,80%	0,00%	-	X
Ec	Eucaliptus globulus	80,30%	18,20%	1,50%	-	X
Pm	Pinus pinea	67,05%	4,86%	28,09%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	54,7%	15,1%	30,2%	-	X
Az	Quercus rotundifolia	53,85%	7,73%	38,41%	-	X
Puc	Prunus avium	92,01%	7,99%	0,00%	-	X
Cpa	Cupressus arizonica	39,28%	60,72%	0,00%	X	-
Cpm	Cupressus macrocarpa	69,77%	30,23%	0,00%	-	X
Cpc	Cupressus sempervirens	77,69%	22,31%	0,00%	-	X
Fr	Fraxinus spp	70,53%	22,31%	7,16%	-	X
Md	Arbutus unedo	69,13%	7,73%	23,14%	-	X
Pa	Pinus halepensis	69,77%	30,23%	0,00%	-	X
Ch	Populus spp	97,63%	0,00%	2,37%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	91,4%	7,7%	0,8%	-	X
Cp	Quercus faginea	36,5%	61,9%	1,6%	X	-



2.5.4 71502 – Meia Serra

A SRH da Meia Serra tem como primeira função a Produção, com uma aptidão elevada para a produção de sobreiro e eucalipto. A área de floresta ocupa 36,8% da superfície da SRH, a fração da superfície de Matos e Pastagens é de 53% (na superfície da SRH) de onde decorre a atribuição da segunda função geral (silvopastorícia, caça e pesca), uma vez que representa mais de 50% dos espaços florestais da SRH. A terceira função geral é a Proteção.

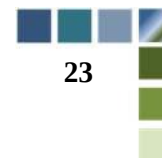
A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é 21,1%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 6,4% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 88,7%.

A Tabela 12 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

Tabela 12 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH da Meia Serra.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	4,15%	0,00%	95,85%	X	-
Pb	Pinus pinaster	36,13%	63,87%	0,00%	X	-
Ec	Eucaliptus globulus	4,10%	52,50%	43,30%	X	-
Pm	Pinus pinea	98,90%	0,00%	1,10%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	98,5%	1,1%	0,4%	-	X
Az	Quercus rotundifolia	98,48%	0,00%	1,52%	-	X
Puc	Prunus avium	1,78%	98,22%	0,00%	X	-
Cpa	Cupressus arizonica	98,48%	1,52%	0,00%	-	X
Cpm	Cupressus macrocarpa	99,58%	0,42%	0,00%	-	X
Cpc	Cupressus sempervirens	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Fr	Fraxinus spp	97,63%	0,00%	2,37%	-	X
Md	Arbutus unedo	4,15%	0,00%	95,85%	X	-



ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Pa	Pinus halepensis	99,58%	0,42%	0,00%	-	X
Ch	Populus spp	97,63%	0,00%	2,37%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	4,15%	0,00%	95,85%	X	-
Cp	Quercus faginea	3,72%	0,42%	95,85%	X	-

2.5.5 71506 – Nordeste

A SRH do Nordeste tem como primeira função a Silvopastorícia, caça e pesca a qual lhe é atribuída pela fração de Matos e Pastagens superior a 50% dos espaços florestais. A segunda função geral é Proteção decorrendo da fração de espaços florestais ocupados por corredores ecológicos. A terceira função geral é a Produção.

A área de floresta ocupa 31,9% da superfície da SRH e a fração de Matos e Pastagens na superfície da SRH é 56,5%. A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é 28,9%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 8,6% da superfície da SRH, a fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 87,2%.

A Tabela 13 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

Tabela 13 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de aptidão produtiva na SRH do Nordeste.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	62,76%	25,47%	11,77%	-	X
Pb	Pinus pinaster	98,56%	1,44%	0,00%	-	X
Ec	Eucaliptus globulus	93,40%	6,60%	0,00%	-	X
Pm	Pinus pinea	11,82%	25,47%	62,71%	X	
Af	Ceratonia siliqua	37,3%	62,7%	0,0%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Az	Quercus rotundifolia	11,82%	0,00%	88,18%	X	-
Puc	Prunus avium	88,18%	11,82%	0,00%	-	X
Cpa	Cupressus arizonica	11,82%	88,18%	0,00%	X	-
Cpm	Cupressus macrocarpa	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cpc	Cupressus sempervirens	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Fr	Fraxinus spp	99,95%	0,00%	0,05%	-	X
Md	Arbutus unedo	88,23%	0,00%	11,77%	-	X
Pa	Pinus halepensis	100,00%	0,00%	0,00%	-	X
Ch	Populus spp	99,95%	0,00%	0,05%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	88,23%	0,00%	11,77%	-	X
Cp	Quercus faginea	62,76%	0,00%	37,24%	-	X

2.5.6 71505 – Serra de Monchique

A SRH da Serra de Monchique tem como primeira função a Conservação, a qual lhe é atribuída pela presença no território da PTCON0037 – Monchique. Contudo, a SRH apresenta um potencial elevado para a produção de sobreiro e eucalipto, de onde decorre a segunda função geral da SRH (Produção). A terceira função geral é a Silvopastorícia, caça e pesca. A área de floresta ocupa 49,7% da superfície da SRH e a área Matos e Pastagens é de 44,3%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 9,6%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

A **Tabela 14** mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

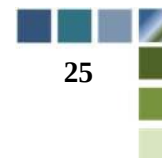
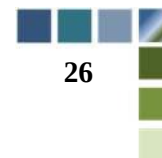


Tabela 14 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra de Monchique.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	1,00%	0,00%	99,00%	X	0
Pb	Pinus pinaster	6,31%	85,52%	8,17%	X	-
Ec	Eucaliptus globulus	1,00%	21,00%	78,00%	X	-
Pm	Pinus pinea	97,85%	0,00%	2,15%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	99,38%	0,00%	0,62%	-	X
Az	Quercus rotundifolia	99,38%	0,00%	0,62%	-	X
Puc	Prunus avium	2,77%	97,23%	0,00%	X	-
Cpa	Cupressus arizonica	97,23%	2,77%	0,00%	-	X
Cpm	Cupressus macrocarpa	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cpc	Cupressus sempervirens	97,85%	2,15%	0,00%	-	X
Fr	Fraxinus spp	97,47%	2,15%	0,38%	-	X
Md	Arbutus unedo	1,00%	0,00%	99,00%	X	-
Pa	Pinus halepensis	99,38%	0,62%	0,00%	-	X
Ch	Populus spp	99,62%	0,00%	0,38%	-	X
Cxm	Quercus canariensis	3,15%	0,00%	96,85%	X	-
Cp	Quercus faginea	0,38%	2,77%	96,85%	X	-

2.5.7 71508 – Serra de Silves

A SRH da Serra de Silves tem como primeira função a Conservação, a qual lhe é atribuída pela presença no território da PTCON0037 - Monchique e PTCON0057 - Caldeirão. Contudo, a SRH apresenta um potencial regular para a produção de sobreiro e eucalipto, de onde decorre a segunda função geral da SRH (Produção). A terceira função geral é a Silvopastorícia, caça e pesca.

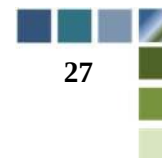


A área de floresta ocupa 32,2% da superfície da SRH e a área Matos e Pastagens é de 55,8%. A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é 41,7%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

A **Tabela 15** mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

Tabela 15 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra de Silves.

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	0,00%	0,00%	100,00%	X	-
Pb	Pinus pinaster	1,40%	98,60%	0,00%	-	X
Ec	Eucaliptus globulus	0,00%	52,70%	47,30%	X	-
Pm	Pinus pinea	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Af	Ceratonia siliqua	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Az	Quercus rotundifolia	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Puc	Prunus avium	0,00%	100,00%	0,00%	X	-
Cpa	Cupressus arizonica	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cpm	Cupressus macrocarpa	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cpc	Cupressus sempervirens	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Fr	Fraxinus spp	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Md	Arbutus unedo	0,00%	0,00%	100,00%	X	-
Pa	Pinus halepensis	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Ch	Populus spp	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cxm	Quercus canariensis	0,00%	0,00%	100,00%	X	-
Cp	Quercus faginea	0,00%	0,00%	100,00%	X	-



2.5.8 71507 – Serra do Caldeirão

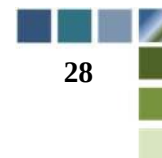
A SRH da Serra do Caldeirão tem como primeira função a Produção, com uma aptidão elevada para a produção de sobreiro. A área de floresta ocupa 38,3% da superfície da SRH, a fração de Matos e Pastagens é de 54,3% (na superfície da SRH) de onde decorre a atribuição da segunda função geral (silvopastorícia, caça e pesca), uma vez que representa mais de 50% dos espaços florestais da SRH. A terceira função geral é a Conservação. A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é 24,4%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 21.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 28,7% da superfície da SRH, a fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 93,8%.

A **Tabela 16** mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de prioridade de utilização.

Tabela 16 – Aptidão produtiva e grupo de aptidão na SRH da Serra do Caldeirão.

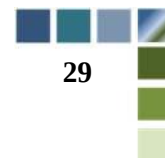
ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Sb	Quercus suber	1,36%	9,08%	89,56%	X	-
Pb	Pinus pinaster	14,07%	85,93%	0,00%	X	-
Ec	Eucaliptus globulus	14,50%	81,00%	4,50%	X	.
Pm	Pinus pinea	89,59%	9,08%	1,33%	-	X
Af	Ceratonia siliqua	98,67%	1,33%	0,00%	-	X
Az	Quercus rotundifolia	89,59%	0,00%	10,41%	-	X
Puc	Prunus avium	10,41%	89,59%	0,00%	X	-
Cpa	Cupressus arizonica	89,59%	10,41%	0,00%	-	X
Cpm	Cupressus macrocarpa	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cpc	Cupressus sempervirens	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Fr	Fraxinus spp	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Md	Arbutus unedo	10,44%	0,00%	89,56%	X	-



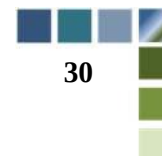
ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Pa	Pinus halepensis	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Ch	Populus spp	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Cxm	Quercus canariensis	10,44%	0,00%	89,56%	X	-
Cp	Quercus faginea	1,36%	0,00%	98,64%	X	-

Tabela 17 – Usos e ocupação do solo por sub-região homogénea. Fonte: IFN6.

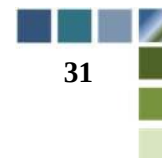
COD SRH	SRH	OCUPAÇÃO IFN 6	SUP. OCUPAÇÃO IFN 6 (HA)	% DA OCUPAÇÃO NA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
71503	Barrocal	Águas interiores e zonas húmidas	600	0,7%	B; C; G; J
		Alfarrobeira	6525	7,3%	
		Arrozal	50	0,1%	
		Azinheira	350	0,4%	
		Eucaliptos	25	0,0%	
		Improdutivos	850	0,9%	
		Mato	8625	9,6%	
		Matos altos	7625	8,5%	
		Misto de permanentes	3425	3,8%	
		Olival	2125	2,4%	
		Outras folhosas	8525	9,5%	
		Pastagem regadio	25	0,0%	
		Pastagem sequeiro	10200	11,4%	
		Pinheiro bravo	125	0,1%	



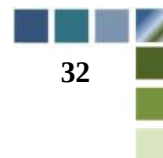
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Pinheiro manso	175	0,2%	
		Pomar	20550	22,9%	
		Sobreiro	3175	3,5%	
		Temporária de regadio	850	0,9%	
		Temporária de sequeiro	9975	11,1%	
		Urbano	4975	5,5%	
		Vinha	775	0,9%	
		Floresta	18900	21,1%	
		Matos e pastagens	26475	29,5%	
		Agricultura	37750	42,0%	
		Águas interiores e zonas húmidas	600	0,7%	
		Improdutivos	850	0,9%	
		Urbano	4975	5,5%	
71504	Costa Vicentina	Águas interiores e zonas húmidas	300	0,8%	A; B; C; H; I
		Alfarrobeira	325	0,9%	
		Eucaliptos	1450	3,9%	
		Improdutivos	825	2,2%	
		Mato	14400	38,5%	
		Matos altos	1550	4,1%	
		Matos ardidos	400	1,1%	
		Outras folhosas	125	0,3%	
		Outras resinosas	25	0,1%	



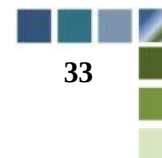
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Pastagem sequeiro	8850	23,7%	
		Pinheiro bravo	1350	3,6%	
		Pinheiro manso	1750	4,7%	
		Pomar	250	0,7%	
		Sobreiro	450	1,2%	
		Temporária de regadio	175	0,5%	
		Temporária de sequeiro	3750	10,0%	
		Urbano	800	2,1%	
		Vinha	175	0,5%	
		Floresta	5475	14,6%	
		Matos e pastagens	25200	67,4%	
		Agricultura	4350	11,6%	
		Águas interiores e zonas húmidas	300	0,8%	
		Improdutivos	825	2,2%	
		Urbano	800	2,1%	
71501	Litoral	Águas interiores e zonas húmidas	14525	18,5%	Mosaico de A e B; B; C; I; J; K
		Alfarrobeira	3700	4,7%	
		Azinhaira	100	0,1%	
		Improdutivos	2150	2,7%	
		Mato	3825	4,9%	
		Matos altos	325	0,4%	
		Misto de permanentes	625	0,8%	



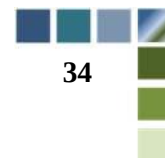
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Olival	1275	1,6%	
		Outras folhosas	275	0,3%	
		Outras resinosas	25	0,0%	
		Pastagem regadio	125	0,2%	
		Pastagem sequeiro	13650	17,3%	
		Pinheiro bravo	425	0,5%	
		Pinheiro manso	2525	3,2%	
		Pomar	11250	14,3%	
		Sobreiro	350	0,4%	
		Temporária de regadio	875	1,1%	
		Temporária de sequeiro	6550	8,3%	
		Urbano	15075	19,2%	
		Vinha	800	1,0%	
		Floresta	7400	9,4%	
		Matos e pastagens	17925	22,8%	
		Agricultura	21375	27,2%	
		Águas interiores e zonas húmidas	14525	18,5%	
		Improdutivos	2150	2,7%	
		Urbano	15075	19,2%	
71502	Meia Serra	Águas interiores e zonas húmidas	650	2,2%	A; B; J; K
		Acácias	25	0,1%	
		Alfarrobeira	25	0,1%	



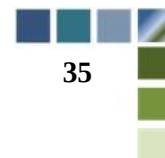
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Azinhreira	25	0,1%	
		Eucaliptos	4325	14,6%	
		Improdutivos	75	0,3%	
		Mato	12150	41,0%	
		Matos altos	575	1,9%	
		Misto de permanentes	50	0,2%	
		Olival	100	0,3%	
		Outras folhosas	325	1,1%	
		Outras resinosas	25	0,1%	
		Pastagem sequeiro	2975	10,0%	
		Pinheiro bravo	300	1,0%	
		Pinheiro manso	4225	14,3%	
		Pomar	1000	3,4%	
		Povoamentos ardidos	75	0,3%	
		Sobreiro	1550	5,2%	
		Temporária de sequeiro	450	1,5%	
		Urbano	575	1,9%	
		Vinha	50	0,2%	
		Floresta	10900	36,8%	
		Matos e pastagens	15700	53,0%	
		Agricultura	1650	5,6%	
		Águas interiores e zonas húmidas	650	2,2%	



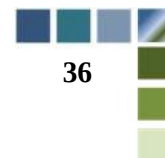
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Improdutivos	75	0,3%	
		Urbano	575	1,9%	
71506	Nordeste	Águas interiores e zonas húmidas	2625	2,7%	D; E
		Acácias	50	0,1%	
		Alfarrobeira	250	0,3%	
		Azinhreira	5525	5,7%	
		Eucaliptos	125	0,1%	
		Improdutivos	125	0,1%	
		Mato	30175	31,3%	
		Matos altos	3125	3,2%	
		Matos ardidos	25	0,0%	
		Misto de permanentes	625	0,6%	
		Olival	975	1,0%	
		Outras folhosas	500	0,5%	
		Pastagem regadio	50	0,1%	
		Pastagem sequeiro	21075	21,9%	
		Pinheiro bravo	25	0,0%	
		Pinheiro manso	22800	23,7%	
		Pomar	3175	3,3%	
		Sobreiro	1425	1,5%	
		Temporária de regadio	100	0,1%	
		Temporária de sequeiro	2075	2,2%	



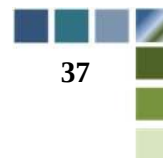
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
		Urbano	875	0,9%	
		Vinha	125	0,1%	
		Floresta	30700	31,9%	
		Matos e pastagens	54450	56,5%	
		Agricultura	7075	7,3%	
		Águas interiores e zonas húmidas	2625	2,7%	
		Improdutivos	125	0,1%	
		Urbano	875	0,9%	
71505	Serra de Monchique	Águas interiores e zonas húmidas	350	0,7%	A
		Acácias	25	0,0%	
		Azinhreira	150	0,3%	
		Eucaliptos	20800	39,5%	
		Improdutivos	175	0,3%	
		Mato	19300	36,7%	
		Matos altos	1925	3,7%	
		Matos ardidos	25	0,0%	
		Outras folhosas	2200	4,2%	
		Outras resinosas	150	0,3%	
		Pastagem sequeiro	2075	3,9%	
		Pinheiro bravo	1000	1,9%	
		Pinheiro manso	850	1,6%	
		Pomar	500	1,0%	



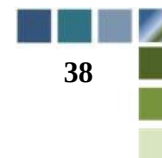
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	Séries de Vegetação
		Sobreiro	975	1,9%	
		Temporária de regadio	150	0,3%	
		Temporária de sequeiro	1375	2,6%	
		Urbano	225	0,4%	
		Vinha	75	0,1%	
		Floresta	26150	49,7%	
		Matos e pastagens	23325	44,3%	
		Agricultura	2100	4,0%	
		Águas interiores e zonas húmidas	350	0,7%	
		Improdutivos	175	0,3%	
		Urbano	225	0,4%	
71508	Serra de Silves	Águas interiores e zonas húmidas	450	1,3%	A
		Azinheira	775	2,2%	
		Carvalhos	25	0,1%	
		Eucaliptos	1800	5,0%	
		Improdutivos	175	0,5%	
		Mato	13175	36,7%	
		Matos altos	950	2,6%	
		Misto de permanentes	125	0,3%	
		Olival	125	0,3%	
		Outras folhosas	75	0,2%	
		Pastagem sequeiro	5925	16,5%	



Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	Sup. Ocupação IFN 6 (ha)	% da ocupação na SRH	Séries de vegetação
		Pinheiro bravo	400	1,1%	
		Pinheiro manso	2925	8,1%	
		Pomar	325	0,9%	
		Sobreiro	5550	15,5%	
		Temporária de regadio	75	0,2%	
		Temporária de sequeiro	2425	6,8%	
		Urbano	450	1,3%	
		Floresta	11550	32,2%	
		Matos e pastagens	20050	55,8%	
		Agricultura	3075	8,6%	
		Águas interiores e zonas húmidas	450	1,3%	
		Improdutivos	175	0,5%	
		Urbano	450	1,3%	
71507	Serra do Caldeirão	Águas interiores e zonas húmidas	250	0,3%	A e B
		Alfarrobeira	550	0,7%	
		Azinheira	2575	3,2%	
		Carvalhos	25	0,0%	
		Eucaliptos	625	0,8%	
		Improdutivos	50	0,1%	
		Mato	31000	38,2%	
		Matos altos	1525	1,9%	
		Matos ardidos	50	0,1%	



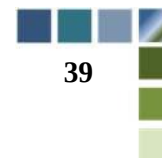
Cod SRH	SRH	Ocupação IFN 6	SUP. Ocupação IFN 6 (HA)	% da ocupação na SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
		Misto de permanentes	375	0,5%	
		Olival	675	0,8%	
		Outras folhosas	2625	3,2%	
		Outras resinosas	50	0,1%	
		Pastagem sequeiro	11450	14,1%	
		Pinheiro bravo	675	0,8%	
		Pinheiro manso	5625	6,9%	
		Pomar	1500	1,8%	
		Sobreiro	18350	22,6%	
		Temporária de regadio	75	0,1%	
		Temporária de sequeiro	2025	2,5%	
		Urbano	600	0,7%	
		Floresta	31100	38,3%	
		Matos e pastagens	44025	54,3%	
		Agricultura	4650	5,7%	
		Águas interiores e zonas húmidas	250	0,3%	
		Improdutivos	50	0,1%	
		Urbano	600	0,7%	

**Tabela 18 – Séries de vegetação PROF do Algarve.**

A. Conjunto de séries de vegetação serrano-monchiquenses:	
A.1.	<i>Euphorbio monchiquensis-Quercu canariensis sigmetum</i>
A.2.	<i>Avenello strictae-Quercetum marianicae</i>
A.3.	<i>Lavandulo viridis-Quercu suberis sigmetum</i>
B. Conjunto de séries de vegetação algarvienses:	
B.1.	<i>Quercu alpestris-broteroi sigmetum</i>
B.2.	<i>Rhamno oleoidis-Quercu rotundifoliae sigmetum</i>
B.3.	<i>Aro neglecti-Oleeto sylvestris sigmetum</i>
B.4.	<i>Aristolochio baeticae-Junipero turbinatae minorisigmetum</i>
C.	<i>Aro neglecti-Quercu suberis sigmetum</i>
D.	<i>Myrto communis-Quercu rotundifoliae sigmetum</i>
E.	<i>Pyro bourgaeanae-Quercu rotundifoliae sigmetum</i>
F.	<i>Asparago aphylli-Quercu suberis sigmetum</i>
G.	<i>Phlomido purpureae-Junipero turbinatae minorisigmetum</i>
H.	<i>Quercu cocciferae-Junipero turbinatae minorisigmetum</i>
I.	<i>Osyrio quadripartitae-Junipero turbinatae minorisigmetum</i>
J.	Geosséries ripícolas
K.	Geopermasséries de sapal

Tabela 19 – Variáveis de caracterização das sub-regiões homogéneas.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Sup_ha	Superfície da sub-região proposta



VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Sup_Ec_ha	Superfície de eucalipto (IFN 6) (ha)
%Sup_Ec/ZH	% da superfície de eucalipto (IFN 6)
Sup_Pb_ha	Superfície de pinheiro bravo (IFN 6) (ha)
%Sup_Pb/ZH	% da superfície de pinheiro bravo (IFN 6)
%PP_Ec_Boa	% da superfície da SRH com aptidão boa para o eucalipto
%Sup_Ec_P_Baixa	% da superfície da SRH com aptidão baixa para o eucalipto
%PP_Sb_Boa	% da superfície da SRH com aptidão boa para o sobreiro
%Sup_Pb_PP_Baixa	% da superfície da SRH com aptidão baixa para o pinheiro-bravo
%SNAPOC	% da superfície em RN 2000 ou área protegida
%Bacia_alb_ap	% da superfície incluída em bacia de albufeiras de águas públicas
%EE_med_elev	% da superfície com risco de erosão hídrica médio e elevado
%_desert	% da superfície incluída em zona suscetível á desertificação
%sup_ZC	% da superfície ocupada por zonas de caça
Prod_cineg	Produtividade cinegética (min=1, max=3)
%perig_alta_mtalta	% da superfície incluída com perigosidade de incêndio florestal (2015) alta ou muito alta
%flor_gest_publica	% áreas em Regime Florestal com gestão pública
%su_ZIF	% da superfície incluída em ZIF

Tabela 20 – Caracterização das sub-regiões homogéneas.

Cod_SRH	SRH	Sup_ha	Sup_Ec_ha	%Sup_Ec/ZH	Sup_Sb_ha	%Sup_Sb/ZH	Sup_Af_ha	%Sup_Af	Sup_Pm_ha	%Sup_Pm	%PP_Ec_elev	%Sup_Ec_P_baixa	%PP_Sb_elev	%Sup_Pb_Sb_baixa	%SNAPOC	%Bacia_alb_ap	%EE_med_elev	%_desert	%sup_ZC	Prod_cineg	%perig_alta_mtalta	%flor_gest_publica	%su_ZIF
ALG0701	Barrocal	89457,5	25	0,03	3175	3,55	6525	7,29	175	0,20	2,7	82,1	16,5	87,5	48,5	0,8	3,9	100,0	82,1	2,8	32,4	0,0	0,6
ALG0702	Costa Vicentina	37245,4	1450	3,89	450	1,21	325	0,87	1750	4,70	32,9	40,7	66,3	32,4	88,6	0,0	0,8	100,0	55,8	2,0	56,6	2,0	0,0
ALG0703	Litoral	78409,3	0	0,00	350	0,45	3700	4,72	2525	3,22	1,5	80,3	23,1	92,2	47,8	0,0	0,6	100,0	43,2	2,8	14,1	0,7	0,0
ALG0704	Meia Serra	29537,7	4325	14,64	1550	5,25	25	0,08	4225	14,30	43,3	4,1	95,9	36,1	21,5	5,0	6,4	99,7	28,5	2,5	88,7	0,7	21,1
ALG0706	Nordeste	95969,6	125	0,13	1425	1,48	250	0,26	22800	23,76	0,0	93,4	11,8	98,6	12,8	23,6	8,6	100,0	79,6	3	87,2	1,8	28,9
ALG0705	Serra de Monchique	52421,6	20800	39,68	975	1,86	0	0,00	850	1,62	78,0	1,0	99,0	6,3	81,0	21,0	27,6	48,5	100,0	2	95,9	0,0	9,6
ALG0708	Serra de Silves	35784,4	1800	5,03	5550	15,51	0	0,00	2925	8,17	47,3	0,0	100,0	1,4	49,5	100,0	10,5	99,9	68,8	3	90,5	2,4	41,7
ALG0707	Serra do Caldeirão	80854	625	0,77	18350	22,70	550	0,68	5625	6,96	4,6	14,5	89,6	14,1	41,4	35,6	28,7	75,9	90,6	3	93,8	0,0	24,4

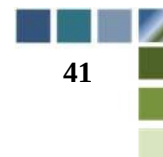
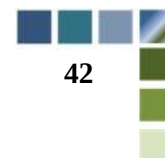
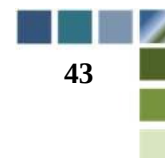


Tabela 21 – Povoamentos florestais por espécie e composição e sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6.

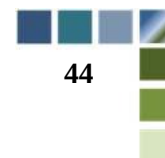
ID_SRH	SRH	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
71503	Barrocal	Outras folhosas	Misto	50
		Pinheiro manso	Puro	150
		Sobreiro	Puro	3000
		Sobreiro	Misto	175
		Alfarrobeira	Puro	6050
		Eucaliptos	Puro	25
		Alfarrobeira	Misto	475
		Outras folhosas	Puro	8475
		Pinheiro bravo	Misto	50
		Pinheiro bravo	Puro	75
		Pinheiro manso	Misto	25
		Azinhiera	Puro	350
71504	Costa Vicentina	Alfarrobeira	Puro	325
		Sobreiro	Puro	425
		Outras folhosas	Puro	125
		Sobreiro	Misto	25
		Pinheiro manso	Puro	1750
		Pinheiro bravo	Puro	1225
		Pinheiro bravo	Misto	125
		Eucaliptos	Puro	1375
		Outras resinosas	Puro	25
		Eucaliptos	Misto	75



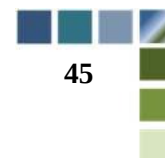
ID_SRH	SRH	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
71501	Litoral	Alfarrobeira	Puro	3500
		Azinheira	Misto	25
		Sobreiro	Puro	325
		Azinheira	Puro	75
		Outras folhosas	Puro	275
		Outras resinosas	Puro	25
		Pinheiro bravo	Misto	75
		Pinheiro bravo	Puro	350
		Pinheiro manso	Misto	150
		Pinheiro manso	Puro	2375
		Sobreiro	Misto	25
		Alfarrobeira	Misto	200
71502	Meia Serra	Sobreiro	Misto	125
		Povoamentos ardidos	Misto	75
		Pinheiro manso	Puro	4050
		Pinheiro manso	Misto	175
		Pinheiro bravo	Puro	300
		Outras resinosas	Puro	25
		Outras folhosas	Puro	325
		Eucaliptos	Puro	3975
		Eucaliptos	Misto	350
		Azinheira	Puro	25
		Alfarrobeira	Misto	25



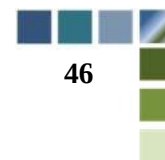
ID_SRH	SRH	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Acácias	Misto	25
		Sobreiro	Puro	1425
71506	Nordeste	Pinheiro manso	Misto	1175
		Acácias	Puro	50
		Alfarrobeira	Misto	25
		Alfarrobeira	Puro	225
		Azinheira	Misto	325
		Azinheira	Puro	5200
		Eucaliptos	Misto	25
		Eucaliptos	Puro	100
		Pinheiro bravo	Puro	25
		Pinheiro manso	Puro	21625
		Sobreiro	Misto	275
		Sobreiro	Puro	1150
		Outras folhosas	Puro	500
71505	Serra de Monchique	Eucaliptos	Puro	20300
		Sobreiro	Misto	150
		Azinheira	Puro	125
		Acácias	Misto	25
		Sobreiro	Puro	825
		Pinheiro manso	Puro	825
		Pinheiro manso	Misto	25
		Pinheiro bravo	Puro	975



ID_SRH	SRH	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Pinheiro bravo	Misto	25
		Outras resinosas	Misto	25
		Outras folhosas	Puro	1850
		Outras folhosas	Misto	350
		Outras resinosas	Puro	125
		Azinheira	Misto	25
		Eucaliptos	Misto	500
71508	Serra de Silves	Pinheiro manso	Misto	300
		Azinheira	Puro	650
		Carvalhos	Puro	25
		Eucaliptos	Misto	150
		Eucaliptos	Puro	1650
		Outras folhosas	Puro	75
		Sobreiro	Misto	825
		Pinheiro bravo	Puro	350
		Pinheiro manso	Puro	2625
		Azinheira	Misto	125
		Sobreiro	Puro	4725
		Pinheiro bravo	Misto	50
71507	Serra do Caldeirão	Outras folhosas	Misto	25
		Sobreiro	Puro	17500
		Sobreiro	Misto	850
		Pinheiro manso	Puro	5450



ID_SRH	SRH	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Pinheiro manso	Misto	175
		Pinheiro bravo	Puro	525
		Pinheiro bravo	Misto	150
		Outras folhosas	Puro	2600
		Eucaliptos	Puro	625
		Carvalhos	Puro	25
		Azinheira	Puro	2525
		Azinheira	Misto	50
		Alfarrobeira	Puro	550
		Outras resinosas	Puro	50



3 ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS E CORREDORES ECOLÓGICOS

Nas Figuras 3 a 8 são apresentadas imagens que caracterizam as áreas florestais sensíveis e corredores ecológicos na região PROF do Algarve:

- Figura 3 - Perigosidade de incêndio florestal;
- Figura 4 – Risco de erosão hídrica;
- Figura 5 - Importância ecológica (Rede Natura 2000);
- Figura 6 - Povoamentos com especial interesse social e cultural;
- Figura 6 - Faixas de gestão de combustível;
- Figura 8 - Corredores ecológicos.

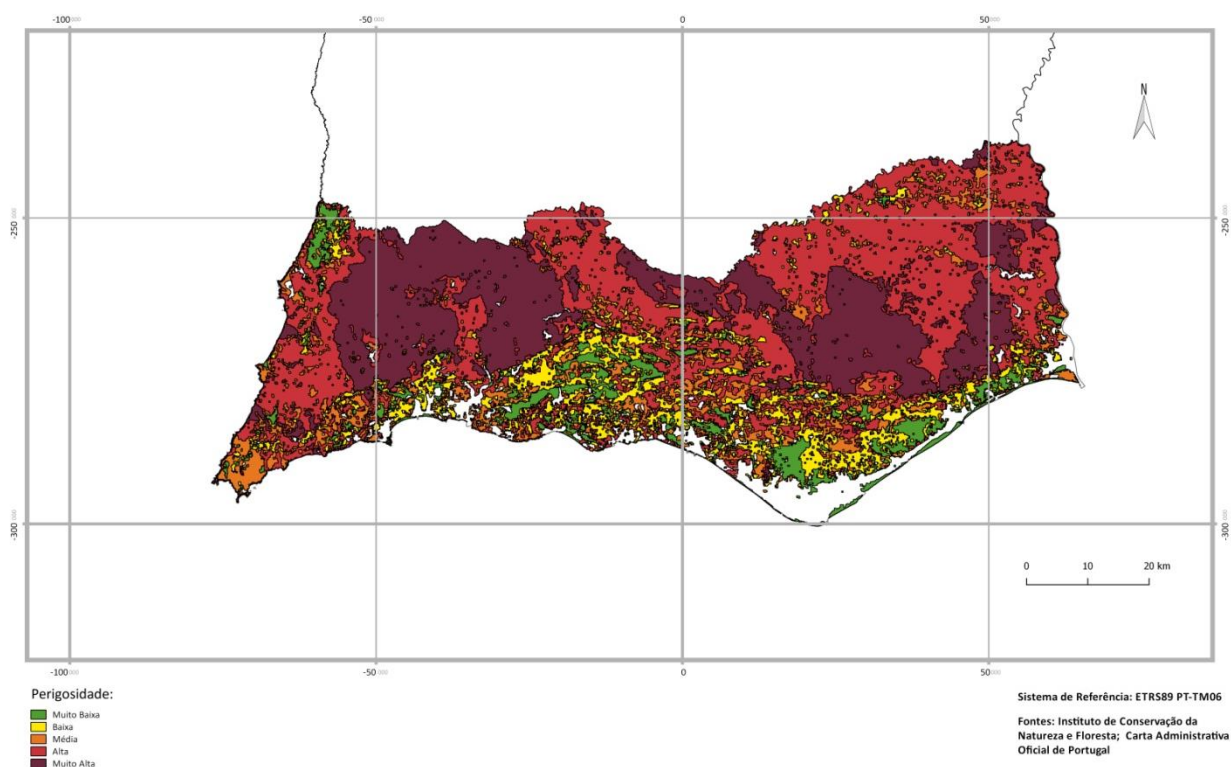


Figura 3 – Perigosidade de incêndio florestal na região PROF do Algarve. Fonte: ICNF.

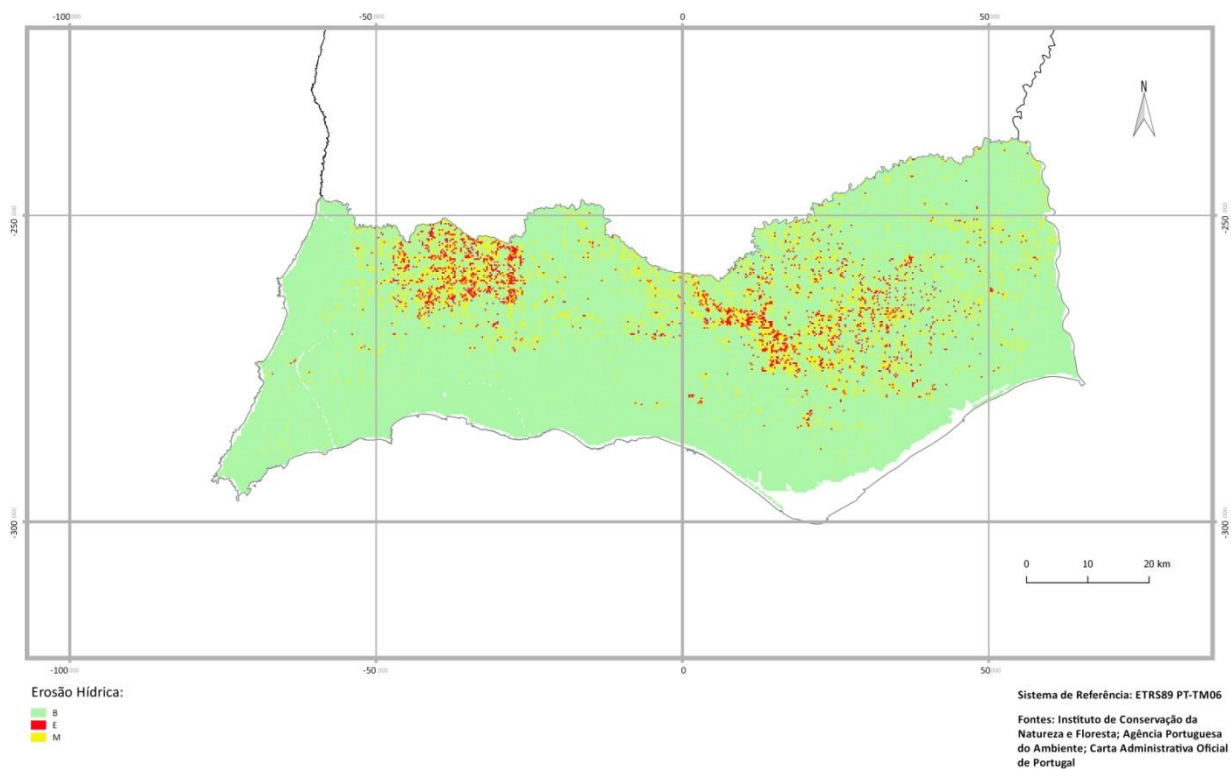


Figura 4 – Risco de erosão hídrica da região PROF do Algarve. B-Baixo; M-Médio; E-Elevado.

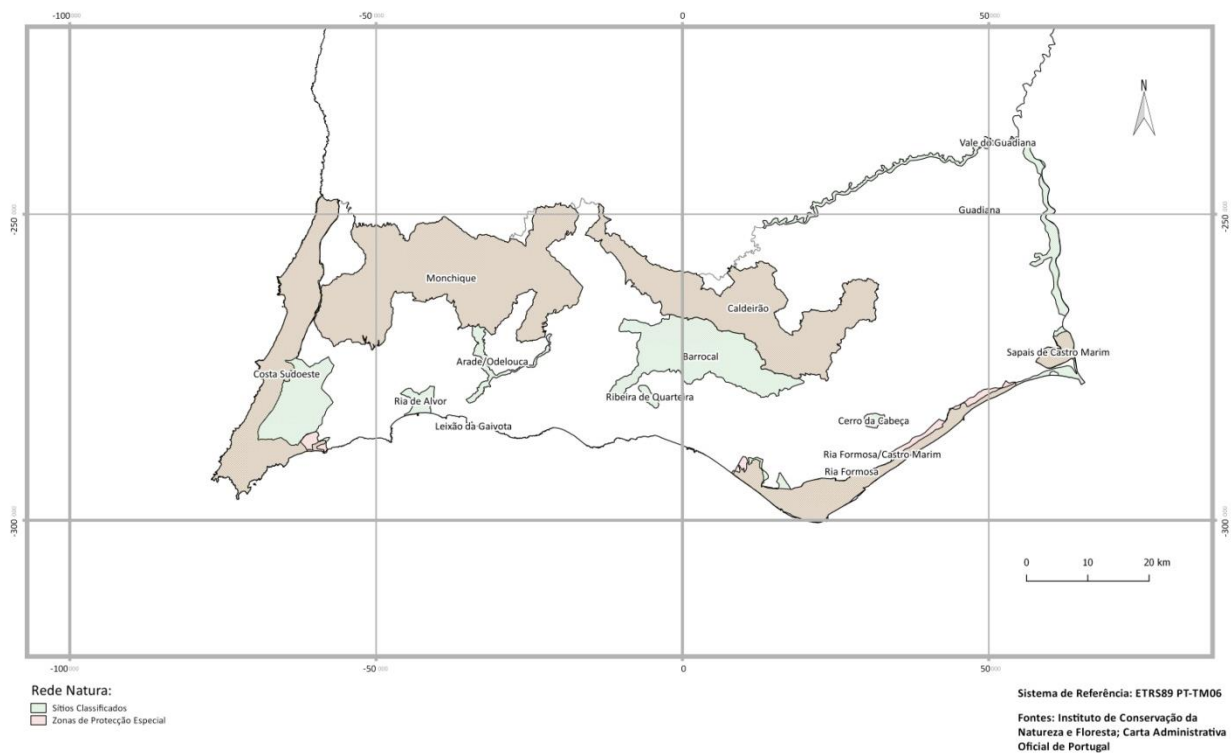


Figura 5 – Importância ecológica (Rede Natura 2000) no PROF do Algarve. Fonte: ICNF.

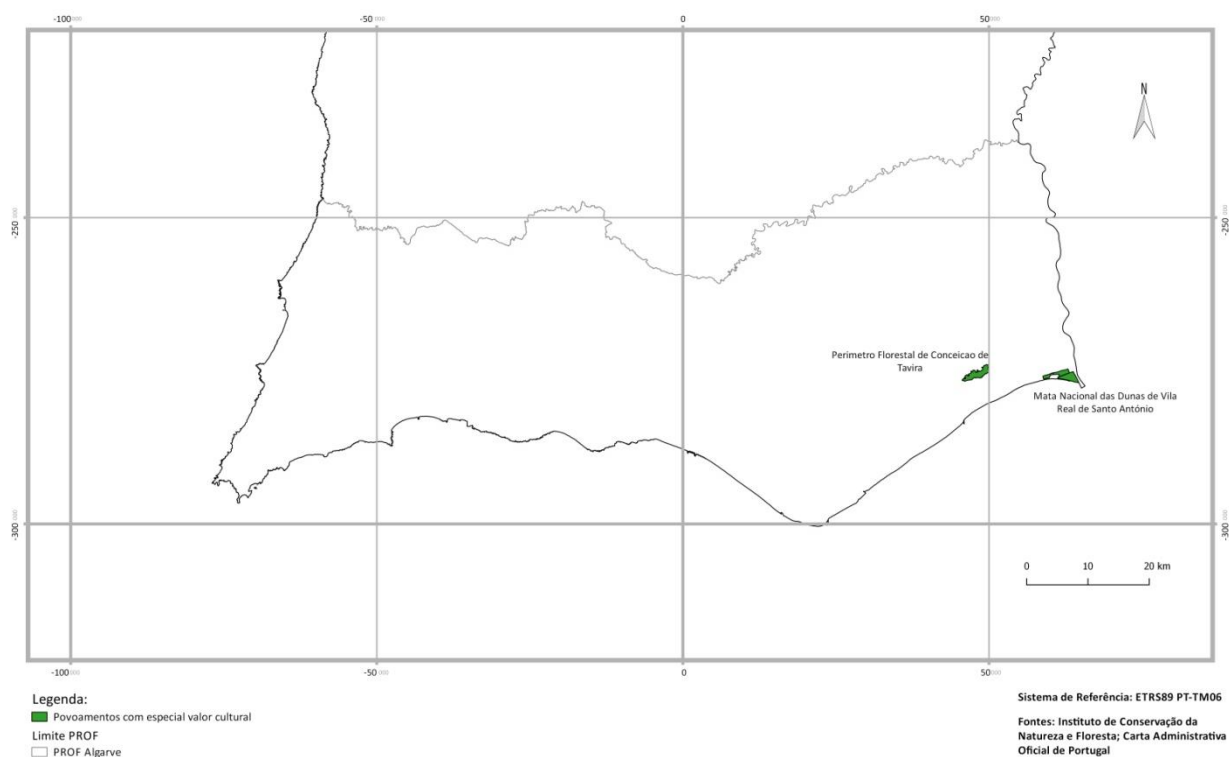


Figura 6 – Povoamentos com especial interesse social e cultural no território do PROF do Algarve.

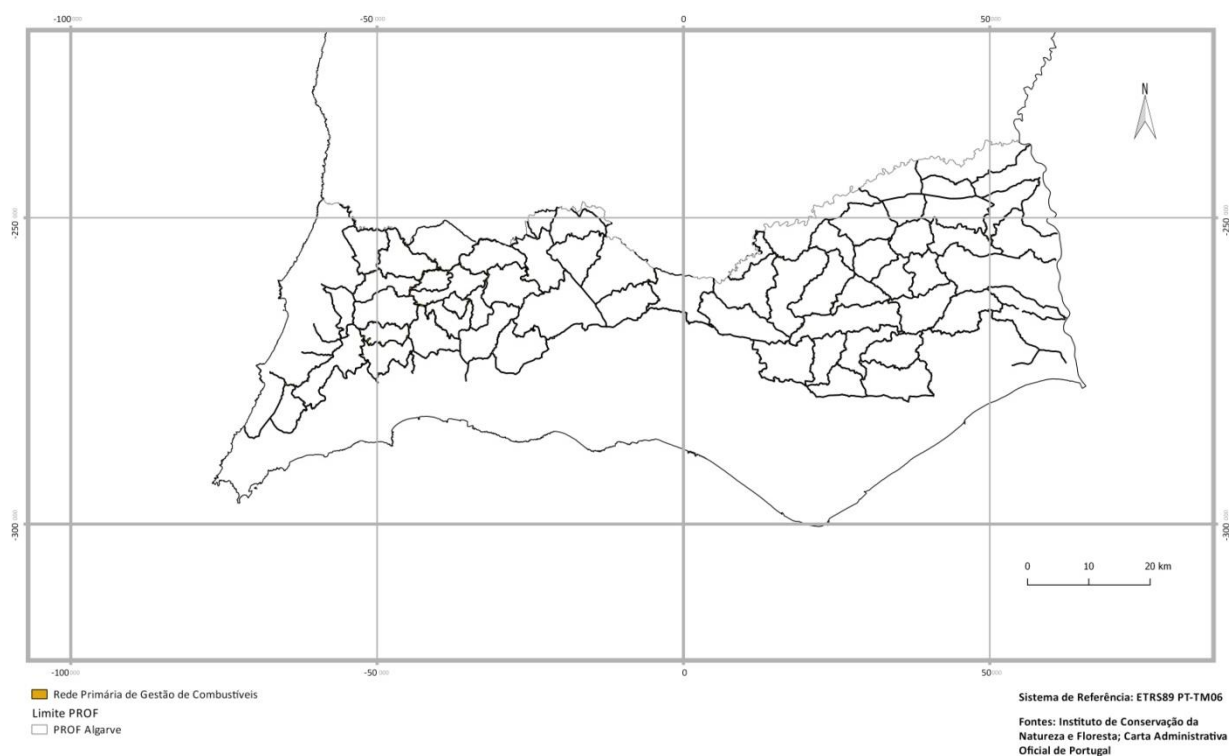


Figura 7 – Faixas de gestão de combustível no território do PROF do Algarve. Fonte: ICNF.

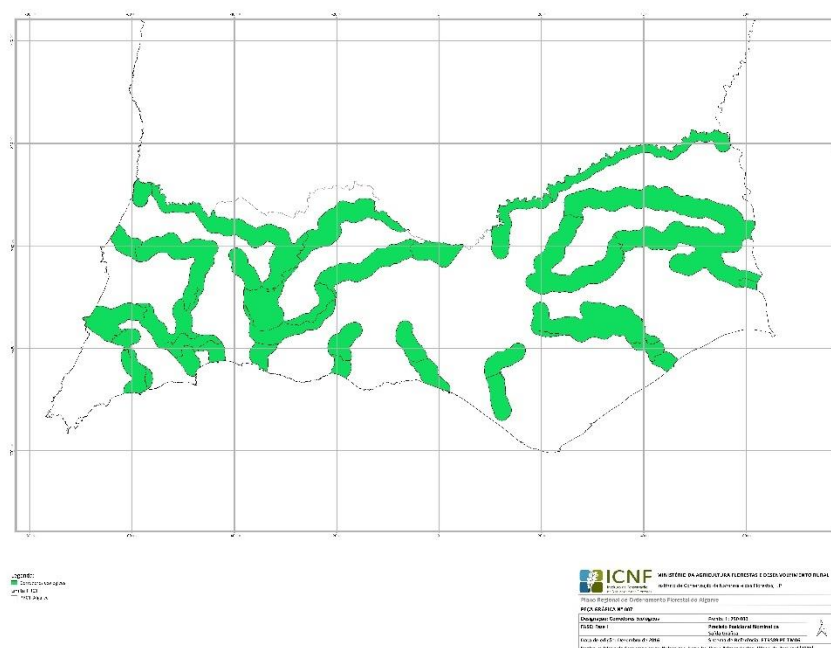
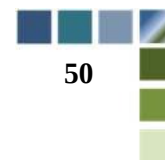


Figura 8 – Corredores ecológicos no PROF do Algarve. Fonte: ICNF.

A perigosidade (2015) de incêndio florestal é elevada e muito elevada em mais de 50% do território em 6 das 8 sub-regiões homogêneas da região PROF do Algarve. Este é um condicionalismo muito importante à definição de modelos de silvicultura e à definição de metas e objetivos para as sub-regiões homogêneas.

O risco de erosão hídrica elevado a muito elevado é superior a 10% da área da SRH, em 3 das 9 sub-regiões homogêneas (Serra do Caldeirão, Serra de Monchique e Serra de Silves). Os espaços florestais e a sua gestão são particularmente importantes na conservação do solo e da água nas áreas das bacias das albufeiras de águas públicas, isto porque o impacto do ordenamento florestal na eficiência das bacias na retenção da água é de grande magnitude, de que são exemplo a generalidade das bacias localizadas no território PROF do Algarve, onde a ocupação florestal tem um impacto importante na diminuição dos riscos de erosão hídrica numa fração muito importante do território. Assim, SRH como a Serra do Caldeirão e a Serra de Silves têm uma elevada importância associada à albufeira de Odelouca, de onde decorre a sua importância estratégica para o abastecimento de água no Algarve. A SRH do Nordeste tem importância semelhante para o sistema Odeleite-Beliche. Estas SRH deverão independentemente da classificação das suas funções principais considerar nos modelos de silvicultura e objetivos esta importante questão estratégica.

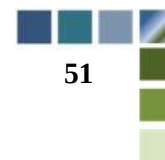
A definição da função “Conservação” das SRH através da fração de superfície incluída no território de áreas protegidas ou Rede Natura 2000, integrou uma parte importante dos valores naturais da região nas funções prioritárias da floresta na região. A concretização da gestão desses valores deve ser feita na definição de



metas, objetivos e modelos de silvicultura para as SRH, em particular os modelos de silvicultura associados à gestão da biodiversidade.

Na definição dos povoamentos com especial interesse social e cultural foram consideradas a Mata Nacional das Dunas de Vila Real de Santo António e o Perímetro Florestal da Conceição de Tavira, pela sua importância social local.

Em 2.2.1.3 foi expressa a articulação dos corredores ecológicos com as funções da floresta, aplicáveis às sub-regiões homogéneas. Mesmo que não constitua uma função prioritária face aos critérios definidos em 2.1, a função “Proteção” associada ou não aos corredores ecológicos deve ser integrada nos modelos de silvicultura e objetivos da gestão florestal.



4 PONDERAÇÃO DOS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

Em Portugal, os mecanismos de internalização de serviços ambientais da floresta formalmente constituídos e com relevância potencial são, atualmente, os seguintes:

- a) Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020;
- b) Fundo Florestal Permanente;
- c) Fundo Ambiental;
- d) Certificação da Gestão Florestal Sustentável.

4.1 Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 abrange apenas uma pequena fração do horizonte dos PROF, não sendo possível garantir formatos de programa, orientação e dimensão dos apoios para o período pós-2020.

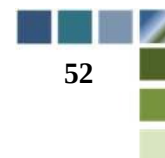
O PDR abrange, contudo, o essencial dos mecanismos de internalização dos serviços ambientais associados à biodiversidade. Esses apoios distribuem-se pela *Medida 7 - Agricultura e Recursos naturais*, *Medida 8 - Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais* e *Medida 9 - Manutenção de atividade agrícola em áreas desfavorecidas*.

4.2 Medida 7 – Agricultura e Recursos naturais

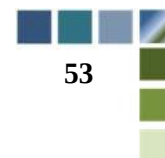
A Medida 7 inclui uma vasta gama de Ações com potencial de internalização de serviços ambientais, em particular na biodiversidade.

Tabela 22 – Tipologias de apoios da Medida 7 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.

AÇÕES	TIPOLOGIA
7.1	Agricultura Biológica
7.1.1	Conversão para Agricultura Biológica
7.1.2	Manutenção em Agricultura Biológica
7.2	Produção Integrada



Ações	TIPOLOGIA
7.3	Pagamentos Rede Natura
7.3.1	Pagamento Natura
7.3.2	Apoios Zonais • Gestão do pastoreio em áreas de baldio no Apoio Zonal Peneda-Gerês • Manutenção de socalcos no Apoio Zonal Peneda-Gerês • Conservação dos soutos notáveis na Terra Fria no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Douro Internacional, Sabor, Maços e Vale do Côa • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Castro Verde • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Outras Áreas Estepárias
7.4	Conservação do solo
7.4.1	Sementeira direta ou mobilização na linha
7.4.2	Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes
7.5	Uso Eficiente da água
7.6	Culturas Permanentes Tradicionais
7.6.1	Culturas Permanentes Tradicionais • Olival tradicional • Figueiral extensivo de sequeiro • Pomar tradicional de sequeiro do Algarve • Amendoal extensivo de sequeiro • Castanheiro extensivo de sequeiro
7.7	Pastoreio Extensivo
7.7.1	Manutenção de lameiros de alto valor natura
7.7.2	Manutenção de sistemas agrossilvopastoris sob montado
7.7.3	Proteção do lobo-ibérico
7.8	Recursos Genéticos

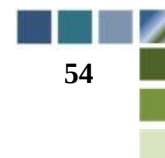


AÇÕES	TIPOLOGIA
7.8.1	Manutenção de raças autóctones em risco
7.9	Mosaico Agroflorestal
7.10	Silvoambientais
7.10.2	Manutenção de galerias ripícolas
7.12	Apoio Agroambiental à Apicultura

4.3 Medida 8 – Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais

Tabela 23 – Tipologias de apoios da Medida 8 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.

AÇÕES	TIPOLOGIA
Ação 8.1.	Silvicultura Sustentável
Operação 8.1.1.	Florestação de Terras Agrícolas e não Agrícolas
Operação 8.1.2.	Instalação de Sistemas Agroflorestais
Operação 8.1.3.	Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos
Operação 8.1.4.	Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos
Operação 8.1.5.	Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas
Operação 8.1.6.	Melhoria do Valor Económico das Florestas
Ação 8.2.	Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas
Operação 8.2.1.	Gestão de Recursos cinegéticos



4.4 Medida 9 – Manutenção de atividade agrícola em áreas desfavorecidas

Tabela 24 – Tipologias de apoios da Medida 9 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020.

OPERAÇÃO	TIPOLOGIA
Operação 9.0.1.	Zonas de Montanha
Operação 9.0.2.	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas
Operação 9.0.3.	Zonas sujeitas a condicionantes específicas

4.5 Comentário sobre o impacto do PDR 2014-2020 na internalização dos serviços ambientais

Em (Santos *et.al*, 2006) e (Santos *et.al*, 2008) foi analisada a internalização dos serviços ambientais associados à biodiversidade na Rede Natura 2000 através da aplicação das medidas do PDR, com grandes semelhanças às atualmente existentes.

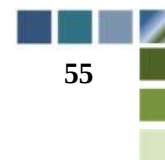
Nesse estudo foram propostos modelos de Ações (na terminologia atualmente em uso) assentes no princípio da obtenção de impactos ambientais eficazes e mensuráveis e em que a ajuda remunerasse a perda de rendimento ou custos adicionais dos produtores para os obter, i.e, um mecanismo de internalização eficaz.

Sendo certo que o PDR tem um efeito de internalização de serviços ambientais resta por provar que esse efeito é eficiente do ponto de vista económico e eficaz do ponto de vista ambiental. Existem indicações no sentido de alguma ineficiência global na política de desenvolvimento rural da U.E quanto à obtenção de impactos ambientais positivos sobre a biodiversidade (EEA, 2015).

As atividades florestais enquadram-se no caso geral acima descrito sejam elas atividades de produção não lenhosa ou lenhosa.

A existência de mecanismos de internalização dos serviços ambientais, ambientalmente eficazes e economicamente eficientes, tendo por base a política de desenvolvimento rural da U.E, são uma dimensão estruturante da política florestal, uma vez que o ordenamento indica que existe uma fração muito relevante do território onde a produtividade potencial pode não ser suficiente para garantir a gestão e, assim, pode não ser suficiente para garantir os serviços.

O PROF indicará por sub-região homogênea, as áreas onde a situação anteriormente descrita se verifica.



4.6 Fundo Florestal Permanente

O Fundo Florestal Permanente (FFP) criado através da publicação do Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, destinando-se a apoiar a gestão florestal sustentável nas suas diferentes valências, em conformidade com o previsto na Lei de Bases da Política Florestal, de 17 de agosto de 1996, é um instrumento financeiro relevante para a concretização dos objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro e de outras medidas de política setorial.

Os principais objetivos do FFP são o de apoiar, de uma forma integrada, a estratégia de planeamento e gestão florestal, a viabilização de modelos sustentáveis de silvicultura e de ações de reestruturação fundiária, as ações de prevenção dos fogos florestais, a valorização e promoção das funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais e ações específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação.

O FFP não tem sido utilizado como instrumento de internalização de serviços ambientais, porventura porque ainda não foi estabelecida e quantificada uma relação técnica entre as atividades de proteção e conservação e a diminuição da suscetibilidade ao fogo.

4.7 Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental foi criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016 de 12 de agosto. As finalidades e objetivos do Fundo Ambiental são definidos no Artigo 3º do referido Decreto-Lei:

O Fundo tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:

- a) Mitigação das alterações climáticas, através de ações que contribuam para a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e, desta forma, para o cumprimento das metas, designadamente no domínio das energias renováveis e da eficiência energética nos setores residencial e produtivo no caso de pequenas e médias empresas e no domínio dos transportes;
- b) Adaptação às alterações climáticas, dando especial relevo a ações na zona costeira e nas demais áreas dos recursos hídricos;
- c) Cooperação na área das alterações climáticas, nomeadamente para cumprimento de compromissos internacionais;
- d) Sequestro de carbono;

- e) Recurso ao mercado de carbono para cumprimento de metas internacionais;
- f) Fomento da participação de entidades no mercado de carbono;
- g) Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos;
- h) Sustentabilidade dos serviços de águas;
- i) Prevenção e reparação de danos ambientais;
- j) Cumprimento dos objetivos e metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos urbanos;
- k) Transição para uma economia circular;
- l) Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- m) Capacitação e sensibilização em matéria ambiental;
- n) Investigação e desenvolvimento em matéria ambiental.

Verifica-se a ligação funcional do ordenamento e atividades florestais com os objetivos do Fundo Ambiental. O Fundo Ambiental “sucede em todos os direitos e obrigações” ao Fundo Português de Carbono e ao Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade cujo formato se resume em 4.7.1 e 4.7.2.

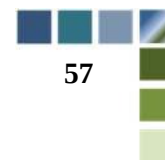
O Quadro Estratégico da Política Climática 2030 (RCM n.º 56/2015, de 30 de julho) destacava o papel do Fundo Português de Carbono enquanto instrumento privilegiado para a implementação das políticas climáticas, estruturando a sua atuação nas seguintes áreas de intervenção: mitigação, adaptação e gestão de riscos, investigação e desenvolvimento, cooperação e internacionalização, comunicação e sensibilização e desenvolvimento e medidas de execução da política climática nacional e mercado de carbono, pelo que o mesmo se poderá afirmar em relação ao Fundo Ambiental.

Uma utilização estruturada do Fundo Ambiental integrada com a política florestal quer do lado das emissões quer do lado dos sumidouros será um instrumento importante. A diminuição da suscetibilidade dos incêndios e o aumento da produtividade global da floresta, são as áreas mais importantes de interseção com o ordenamento.

A definição das receitas afetas ao Fundo Ambiental, permite manter o mesmo conceito do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual apesar da excelente conceção do seu conceito, teve uma dimensão de utilização muito reduzida.

4.7.1 Fundo Português de Carbono

O Fundo Português de Carbono foi criado pelo Decreto-lei n.º 71/2006, de 24 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, destinava-se a apoiar a transição para uma economia resiliente, competitiva e de baixo



carbono, através do financiamento ou cofinanciamento de medidas que contribuam para o cumprimento dos compromissos internacionais e comunitários na área das alterações climáticas, através de:

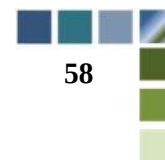
- Obtenção de créditos de emissão de gases com efeito de estufa, a preços competitivos, através do investimento direto em mecanismos de flexibilidade do PQ (Comércio de Licenças de Emissão, projetos de Implementação Conjunta e projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo);
- Obtenção de créditos de emissão de gases com efeito de estufa, a preços competitivos, através do investimento em fundos geridos por terceiros ou outros instrumentos do mercado de carbono;
- Apoio a projetos, em Portugal, que conduzam a uma redução de emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente nas áreas da eficiência energética, energias renováveis, sumidouros de carbono, captação e sequestração geológica de CO₂ e adoção de novas tecnologias, quando o retorno em termos de emissões evitadas assim o recomende;
- Promoção da participação de entidades públicas e privadas nos mecanismos de flexibilidade do PQ;
- Apoio a projetos de cooperação internacional na área das alterações climáticas;
- Apoio a projetos estruturantes de contabilização das emissões de gases com efeito de estufa e sequestro de carbono em Portugal.

4.7.2 Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade

O Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade criado pelo Decreto-Lei nº 171/2009, DR nº 33, Série I, de 3 de agosto, pretendia ligar os mecanismos de compensação ambiental previstos na legislação de impacto ambiental para a realização de atividades com conexão com a internalização de serviços ambientais.

4.8 Certificação da Gestão Florestal Sustentável

Através do preço dos produtos oriundos de áreas certificadas e tendo em atenção as especificações dessa certificação, funciona como um mecanismo de internalização de serviços ambientais.



4.9 Sobre possíveis mecanismos de internalização de serviços ambientais na floresta

O caminho de ligação da compensação de impactos (seja no modelo FCNB, seja no modelo FFP) através da mediação do Estado como gestor do fundo implica a readaptação desses instrumentos a essa missão. Essencialmente é necessário encontrar uma solução coordenada para a mitigação dos principais riscos através do fomento dos principais serviços ambientais associados à gestão florestal (biodiversidade, conservação do solo e da água, fixação de carbono). Um exemplo ilustrativo desta tipologia de soluções encontra-se na atividade cinegética: o bom ordenamento e gestão cinegética tem impactos potenciais positivos na biodiversidade e na suscetibilidade ao fogo.

Assim, as atividades que demonstrem a sua capacidade para fornecer os serviços deveriam ser privilegiadas na aplicação dos fundos.

Os mecanismos de mercado em que existe um mercado de serviços ambientais cuja procura é induzida pelo Estado através dos mecanismos de compensação ambiental (exp: Conservation Banks) serão porventura um caminho alternativo, em que o Estado regula, mas não gere diretamente os recursos gerados.

Trata-se de um tema da maior importância para a política florestal, não sendo, contudo, um tema de ordenamento diretamente associado com os PROF.

BIBLIOGRAFIA

Borges J. G. 1999. Paradigmas, tecnologias e equívocos em gestão dos recursos florestais. <i>Revista Florestal</i> XII(1/2): 27-34.
De Groot, R.S.; Alkemade, R.; Braat, L.; Hein, L.; Willemen, L. 2010. Challenges in Integrating the Concept of Ecosystem Services and Values in Landscape Planning, Management and Decision Making. <i>Ecological Complexity</i> 7, 260-272.
EEA. 2015. The European environment — state and outlook 2015 (SOER 2015).
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. 2001. https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/10/236B00/64256451.pdf
Estratégia Nacional para as Florestas. 2015. https://dre.pt/application/file/66432612
Gómez-Baggethun, E.; de Groot, R.; Lomas, P.L.; Montes, C. 2010. The History of Ecosystem Services in Economic Theory and Practice: From Early Notions to Markets and Payment Schemes. <i>Ecological Economics</i> 69, 1209-1218.
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. 2007. https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17000/0612606181.PDF
Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, P., Gordinho, L., Reino, L., Pereira, A.J, Porto, M. & Ribeiro, P.F. 2008. Medidas de gestão agrícola e florestal para as áreas classificadas da rede Natura 2000 incluídas na 2ª fase de ITI/PDR – Relatório Final. ICNB.Lisboa
Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, Ribeiro, P.F & Alves, R. 2006. Estudo sobre a integração da gestão da rede Natura 2000 na estratégia nacional de desenvolvimento rural – Relatório Final. ICN. Lisboa.

